

## No centenário do nascimento de Carlos Silva Freire: O último General português morto no comando de tropas em campanha.

Professor Doutor  
João Carlos de Oliveira Moreira Freire



Carlos Miguel Lopes da Silva Freire nasceu em 1907<sup>1</sup>. Fez a escolaridade primária no Estoril, onde a família então vivia, mas não há notícias precisas desse período, com exceção da certidão do exame da instrução primária, em que ficou “aprovado com distinção”<sup>2</sup>.

Certo é que entrou no Colégio Militar (CM) em Outubro de 1917<sup>3</sup>, com o progenitor ausente em África, então Capitão da Administração Militar e Governador do Distrito de Benguela. Coube-lhe o N.º 246, que viria a funcionar como património-símbolo da família<sup>4</sup>. Desde o início do seu percurso escolar, revelou-se um aluno aplicado, inteligente, disciplinado e dócil. Desde então, foi sempre o N.º 1 de todos os cursos que fez em Portugal, até ao de acesso ao generalato, com cinquenta anos de idade, o que lhe terá progressivamente criado algum sentimento de superioridade em relação “à média” e bastante auto-confiança: isso pressentia-se de perto quando ele estava na fase dos 40-50 anos, para quem estivesse no seu convívio próximo<sup>5</sup>.

Entretanto, como bom filho da casa, ele repete nas páginas do jornal *O Colégio Militar*<sup>6</sup> o apelo de Brito Aranha para “a união entre as escolas de Lisboa, nomeadamente os Pupilos do Exército, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho [Odivelas] e o Colégio Militar” e a “franca amizade que deve ligar todos os filhos da mesma Pátria”. No entanto, em algumas cartas que foram conservadas<sup>7</sup>, pode verificar-se a fragilidade e candura da criança Carlos que aos 14 anos escreve à família nestes termos: “Querido papá [...] Estudei ao todo perto de 4 horas, 56 páginas, e agora acabo de ser chamado [a História] apanhei um 18, muito bom (a melhor nota desde que cá estou no colégio) e por cima um louvor no boletim dizendo que era um bom aluno, estudioso, bem comportado, etc. Como vê, acabo de satisfazer o que lhe prometi [...]”. E aos 16 anos tenta descansar a família escrevendo que: “ [...] O eu andar aborrecido hontem explica-se ter um rapaz caído na equitação e estar-se na dúvida se ele partiu um braço. Ora sendo eu seu amigo, é natural

que andasse aborrecido [...]”.

As boas classificações colegiais acumularam-se. O desenvolvimento físico foi de par e, paralelamente aos prémios escolares de mérito literário, vieram também as medalhas e diplomas de lugares de honra em competições desportivas. Apesar de baixo (1,68m em adulto), a sua compleição física engrossou e, pelos 17-18 anos, tinha o físico de um *sprinter*, com bons resultados em provas atléticas de corrida de 60 e 100 m, de salto em comprimento, no jogo de tracção à corda, esgrima de florete, equitação, etc.

O seu currículo de “menino da Luz” obteve a máxima consagração possível na instituição: a de, no seu último ano (em 1923-24), ter sido nomeado (por força das referidas “boas notas” e outras qualidades pessoais) Comandante do Batalhão de Alunos, isto é, aquele que comandava o conjunto dos cerca de quatrocentos jovens em acto de formatura militar (uma figura que correspondia, por exemplo, ao *major* da *École Polytechnique* de França).

Naquela altura, o Batalhão organizava-se em sete magras Companhias, correspondendo cada uma delas a um ano do percurso escolar, geralmente com dois Pelotões que coincidiam com as turmas da organização pedagógica do ensino. Militarmente, eram de facto seis as Companhias, dado estarem os finalistas “graduados” no comando e enquadramento dos restantes. Os distintivos destes “graduados” eram estrelas metálicas apostas na gola de veludo verde do dólman ou numa carcela do *gilet* de cotim, com excepção dos comandantes de companhia e do comandante de batalhão, cujo distintivo era um galão dourado trapezoidal, terminando em bico, semelhante aos de outros distintivos militares da época. Só mais tarde o “comandante de batalhão” passou a usar uma estrela sobreposta ao galão.

Como se sabe, o Colégio Militar foi um alfofre de personalidades que vieram a destacar-se em diversos sectores da vida nacional, sobretudo nas esferas militar e do Estado. Mas, como alunos, todos eram adolescentes, em formação, entre os quais se faziam fortes amizades ou meras “intimidades identitárias” (o tratamento por tu, etc.).

Entre os seus condiscípulos de curso figuravam: os irmãos Brito e Abreu (Fausto e José, com os números<sup>8</sup> 5 e 9), Guilherme Abranches Pinto (22), Jorge Morais Sarmiento (44), Alexandre Sousa Dias (56), José Sande de Lemos (62), Eduardo Santa Clara (73), José Vaz Osório (79), Henrique Moutinho (83), António Arantes e Oliveira (114), José Protes da Fonseca (136), João Terenas Latino (207), José Libertador Ferraz Pereira Monteiro (212), Óscar Spencer Moura Braz (234), José Pedroso de Lima (245), Américo Mascarenhas de Macedo (248), Amadeu Santo André Pereira (252), Sebastião Beltrão (254), Jorge Valadas Preto (258), João Horta Galvão Ferreira Lima<sup>9</sup> (334), Álvaro Castro Fernandes (377), João Guimarães dos Santos (410), Leonel Martins Vicente (413), Álvaro (ou Augusto?) Cohen Poppe (416), Américo Carvalhal Esmeraldo (421), Paulino Magalhães Correia (423), Armando Girão (426), José Sousa Fogaça (357) e Armando Páscoa (395).

Mas Carlos Freire falava também bastante de outros camaradas mais antigos como Paulo

de Brito Aranha (356) ou Ramiro Guedes de Campos (42), ou de gente do curso anterior ao seu como Amândio Pascoal Rodrigues (156), Mário Machado de Faria (158), Francisco Pessoa de Amorim (188), José Beltrão (231), Eduardo Cabral Metzner (300), Daniel Mendes Tavares (329), Joaquim Mendes Cabeçadas Júnior (343), Francisco Belard da Fonseca (350), Raúl Pereira de Castro (365), Afonso Lopes Franco (373), Carlos Costa Macedo (394), Humberto Delgado (398), João Pimenta da Gama (401) ou Dúlio Simas (407).

O mesmo acontecia com alguns dos mais novos, por exemplo, entrados em 1918: Rui Terenas Latino (7), Mário Baptista Coelho (21), António Correia de Sá (24), Olavo d'Eça Leal (40), Luís Rocha Trindade (50), António Tasso de Figueiredo (54), Martiniano Homem de Figueiredo (72), Luís Soares de Oliveira (154), António Diniz de Ayala (185), Fernando Bandeira de Lima (255), José Hintze Ribeiro Nunes (249), Manuel Freire de Menezes (427), ou Manuel Avelino Barreira Antunes (436); entrados em 1919: Alexandre Guedes de Magalhães (290) e Herculano Pimentel (366); ou ainda de alguns entrados em 1920, casos de: Manuel Camões Godinho (1), José Bernardino Corrêa de Sá (Asseca) (23), Hermano Braancamp Sobral (28), António Ribeiro Spínola (33), António Molarinho Carmo (72) e Rogério Cansado (131).

Alguns acontecimentos terão marcado a vida da instituição, naquele período (1917-1924), que eram mais tarde por si recordados. Um deles foi certamente o tumulto que sobreveio nos funerais de Sidónio Pais (Dezembro de 1918) com o suposto lançamento de petardos, onde a formatura de alunos do CM, postada no Rossio para prestar honras, foi abalada pela desordem e agitação que contaminou as forças, mas (parece que à ordem do então Tenente Vieira da Fonseca) terá reagido “armando baioneta” e, qual ouriço-cacheiro, logrou manter-se mais ou menos firme e não se dispersou, no meio do caos. Não é certo que o Freire, então aluno do 2º ano, tivesse tomado parte no evento (porque talvez só o tivesse feito uma companhia, de rapazes mais velhos) mas participou certamente na vivência colectiva desse “feito de armas” com enorme orgulho, tendo o mesmo vindo posteriormente a ser incorporado, como mito, no imaginário simbólico do Colégio Militar. Trinta e tal anos depois, a cena foi representada no palco do Teatro D. Maria, entre outros passos históricos da vida do Colégio, numa récita de gala ensaiada pelo imponente actor residente Raúl de Carvalho (também antigo aluno).

Outra cerimónia patriótica registada na memória de Carlos Freire foi a inauguração do túmulo do “soldado desconhecido” no mosteiro da Batalha. É sabido como o débil regime republicano de então aproveitou a oportunidade para se legitimar e enraizar o seu patriotismo através de múltiplas cerimónias e monumentos aos militares vítimas da Grande Guerra. Neste caso, em Abril de 1921, ele terá sido seleccionado para figurar directamente na cerimónia, ajudando nas passagens-de-mão do morrão com que o Presidente da República António José de Almeida (amigo da família) alumiu solenemente a “chama da pátria”, na presença do próprio Marechal Joffre e de delegações dos exércitos aliados vencedores.

Também a entrega das insígnias da Torre e Espada ao Colégio Militar em 3 de Março de 1921 deve ter constituído certamente um momento alto para a instituição vivido pelos

jovens alunos da sua geração.

E é possível que a sua preferência clubística pelo Sporting viesse do facto deste ter concedido aos alunos deste colégio as regalias de sócio em 1922<sup>10</sup>, por iniciativa do Dr Salazar Carreira, um dos maiores promotores do desporto atlético em Portugal.

Das práticas da vida interna colegial, Carlos Freire contava, em família, cenas de certos professores intratáveis (o padre que lhes ensinava latim, e outros), as saídas a cavalo pelos campos da Pontinha a Odivelas, as suas *performances* desportivas, as frequentes “prevenções” por motivos de agitação revolucionária que os retinha fechados atrás dos muros do colégio, e mesmo os exercícios de fogos reais de artilharia que os alunos mais velhos realizavam no fim do ano, com uma bateria-a-cavalo então recebida do material remanescente da guerra recente.

Finalmente, Carlos Freire falava do papel desempenhado neste tempo pelo Director, General Bernardo de Faria e Silva, que terá reorganizado o ensino de forma mais positiva e actualizada, e de que nós só conhecíamos a efígie em bronze, do baixo-relevo existente à entrada do Colégio, perto do busto do fundador Marechal Teixeira Rebelo.

Uma nota deve ser aqui deixada sobre os bons resultados por si obtidos em provas de esgrima realizadas no ano lectivo de 1923-24. Assim, no Campeonato Inter-Escolar de Florete (individual), alcançou o 2º lugar, atrás de Carlos da Costa (também do Colégio Militar, Nº 331, do curso entrado em 1915) e antecipando Álvaro Cohen Poppe (ainda CM, do seu curso de entrada).

Além disto, oferecida pela GNR, realizou-se no mesmo ano uma prova de equipas de escolas de Lisboa (ao florete) dotada da Taça *Chalange*, em que venceu a representação do Colégio Militar, constituída pelos mesmos Costa, Freire e Poppe. Existe uma foto destes atiradores, mais Santo André Pereira, Herculano da Cunha e Santos Guerreiro, envolvendo o belo troféu, tirada no ginásio aberto do Colégio, mais tarde transformado no “jardim da Enfermaria”<sup>11</sup>.

No ano lectivo de 1924-25, o jovem Carlos Freire iniciou o seu curso superior escolhido, de Engenharia Militar, que então passava pelo acto de “assentar praça” como 2º Sargento-Cadete - o que ele fez no Regimento de Cavalaria (Lanceiros) Nº 2, na Calçada da Ajuda, em data de 26 de Julho de 1924<sup>12</sup> - e de frequentar 3 anos de estudos preparatórios na Faculdade de Ciências (da Universidade de Lisboa) que então funcionava no edifício da chamada Escola Politécnica. Durante esse período, foi um aluno normal da nossa academia (por exemplo, era sócio da respectiva associação de estudantes), apenas se distinguindo pelas elevadas classificações obtidas e pelo porte frequente do uniforme.

Em 1927-28 começa a frequentar o primeiro dos quatro anos de estudos, da arma, na Escola Militar (ao Paço da Rainha), que concluiu no ano lectivo de 1930-31, já como Aspirante, com a média de curso final de 16,7 valores (em 20). Num *memorandum*

profissional de 1943<sup>13</sup>, o próprio afirma ter sido “uma classificação final nunca igualada desde a criação do curso de Engenharia, na referida Escola”.

Como era então da praxe, um jornal diário de Lisboa noticiou, nas “breves”: “*Novo Engenheiro*. Na Escola Militar concluiu, com distinção, o curso de engenharia militar e de engenharia civil o aspirante sr Carlos Miguel Lopes da Silva Freire. O novo engenheiro, que já na Faculdade de Ciências, quando ali frequentou preparatórios, obteve provas de grande apreço universitário, foi distinguido na Escola Militar, em todos os anos do seu curso, com honrosas classificações.”<sup>14</sup>

Entre os seus colegas do curso de Engenharia figuravam Domingos Cabral de Melo, Afonso Almeida Fernandes, Américo Macedo, Alberto Andrade e Silva, José Sousa Fogaça, João Magro Romão, Inácio Teixeira da Mota, Duarte Costa Pereira e também Fernando Eduardo da Silva Pais, que viria a ser o último director da PIDE/DGS. Porém, em família, nunca se ouviu pronunciar este nome, que entretanto andara longe do Exército e bem dentro da política do regime do Estado Novo.

É promovido a Alferes em Novembro de 1931 e colocado no Regimento de Telegrafistas, aquartelado no bairro de Sapadores, a escassas centenas de metros da sua casa familiar. Um ano depois daquela data é promovido a Tenente e pede a necessária licença para casar-se em Setembro de 1933.

Fica na referida unidade até 1938, obtendo cinco louvores do respectivo Comandante. Logo no primeiro se refere a sua “excepcional actividade, zelo e notável competência”. E em 1935 é louvado pelo general Director da Arma de Engenharia pela publicação do manual *Instruções Técnicas do Pessoal de Telegrafistas*. Foi, com efeito, nesta área das transmissões por fios (TPF) e ópticas que o Tenente Freire se empenhou nesses anos<sup>15</sup>.

Foi, pois, nessa qualidade de Chefe da 6ª Secção do Serviço Telegráfico de Guarnição que em 9 de Setembro de 1936 foi mandado, de urgência, estender linhas telefónicas de campanha para o Alto de Stª Catarina, de onde os observadores regularam o tiro de artilharia da Bateria do Bom Sucesso contra os navios de guerra *Afonso de Albuquerque* e *Dão*, sublevados por uma conspiração da ORA<sup>16</sup>. Este episódio não se encontra averbado na sua “nota de assentos”, mas foi-me detalhadamente descrito pelo próprio.

Provavelmente, terá sido nessa altura que, politicamente, Carlos Freire se terá sentido mais próximo do regime do Estado Novo, pois em Julho desse ano encontrava-se casualmente em Barcelona, numa missão civil que o levou a Marselha e Paris<sup>17</sup>, quando estalou a guerra civil. Assistiu então às batalhas de rua dos dias 19 e 20, nas quais o povo em armas, liderado principalmente pelos anarquistas da CNT<sup>18</sup> e da FAI<sup>19</sup>, derrotou os militares nacionalistas insurrectos às ordens dos generais Goded e Franco. Presenciou então diversas atrocidades<sup>20</sup>, teve de desfazer-se dos seus papéis de identidade e passar por inúmeras dificuldades e contingências até, alguns dias depois, conseguir lugar num navio inglês para prosseguir viagem<sup>21</sup>. Num documento conservado, formal mas particular<sup>22</sup>, escreveu laconicamente: “De volta a Barcelona, fui infelizmente

surpreendido pelos acontecimentos que se estão desenrolando na vizinha Espanha e que tiveram o seu início na manhã seguinte ao dia da minha chegada a essa cidade.”

Nessa altura, terá mesmo tido vivas divergências de opinião política com seu pai, republicano indefectível mas moderado, da facção de António José de Almeida. Não admira pois, nestas circunstâncias, que tenha acedido à sugestão de colaborar na instrução militar (na sua especialidade de telegrafia e no seu próprio quartel) dos novos recrutas da Legião Portuguesa, o que lhe valeu um louvor do Ministro da Guerra (1938). Porém, tendo também recebido nessa ocasião a medalha de “Dedicação à Legião”, explicou mais tarde à família que nunca sequer a adquirira, por não a achar digna de figurar na farda de um oficial do Exército. Este acto demonstra provavelmente algum arrependimento daquele seu (único) gesto de adesão partidária. Em contrapartida, não deve ter tido grandes problemas de consciência em assinar, a 8 de Julho de 1935, no seu quartel, a famosa declaração: “Nos termos do § 1º do artigo 3º da lei nº 1.901, de 21 de Maio de 1935, declaro, pela minha honra, que não pertencço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos, definidos no artigo 2º da lei acima mencionada.”<sup>23</sup>

Em 1938-39, obtendo uma licença especial para estudos, frequenta as Faculdades de Direito e de Letras de Lisboa, “tendo obtido distinções em todas as Cadeiras”<sup>24</sup>, que constituíam preparatórios para o recém-criado Curso de Estado-Maior, aberto em Caxias no Instituto de Altos Estudos Militares<sup>25</sup>.

Este curso tinha então a duração de 3 anos: em 1939-40 Carlos Freire frequentou o Curso Geral; em 40-41 e 41-42, o Curso Complementar, que permitia a entrada no Corpo do Estado-Maior. Mais uma vez, saiu-se brilhantemente da prova, terminando com a classificação de “distinto” e primeiro do curso. Teve então como colegas, oficiais como Manuel Veloso, Lopes Pires, Almeida Fernandes, Ferraz de Oliveira, Afonso Franco, João António da Silva e Ferreira dos Reis.

Entretanto, ascendera ao posto de Capitão em Setembro de 1941.

Em Agosto de 1942, tendo terminado os exames do último ano, teve a oportunidade de fazer a viagem de fim-de-curso à Alemanha, integrado numa missão chefiada pelo Coronel Tirocinado Ferreira de Passos, Director do IAEM. Em plena guerra europeia e mundial, Portugal estava ainda na sua fase pró-alemã - apesar do alto comando parecer dividido nas suas simpatias externas, face aos beligerantes - o que ajuda a compreender esta escolha. Além dos oito alunos do curso, integravam também a missão o Major Frederico Vilar e mais dois oficiais da arma de Engenharia, num total de doze pessoas.

A missão teve carácter exclusivamente militar. Não foram recebidos por qualquer dirigente político e nas abundantes fotos constantes do respectivo álbum familiar viam-se exclusivamente oficiais e outros militares da *Wermacht*; nenhum das SS, por exemplo. O que parece mostrar que tudo se terá passado “entre camaradas de armas”.

Viajaram em sucessivos aviões até ao aeroporto de Tempelhoff, em Berlim, e passaram as

duas primeiras semanas no Brandenburg visitando escolas militares e fábricas de material de guerra<sup>26</sup>.

Em seguida, a missão tomou o caminho da Frente Leste que, quase no máximo avanço das tropas alemãs, se encontrava então bem para lá da Polónia e da Bessarábia, dentro da Rússia branca e da Ucrânia. O transporte utilizado foi um pequeno comboio especial, armado com canhões anti-aéreos à frente e atrás, mas que só se deslocava de noite, permanecendo camuflado durante a maior parte do dia por causa dos ataques da aviação russa. Mesmo assim, chegaram a ser metralhados. Passaram por cidades como Varsóvia, Minsk, Brest-Litowski ou Kiev, esta muito destruída, e, naquelas intermináveis estepes, visitaram as linhas onde acabavam de ter lugar encarniçadas ofensivas de tanques, artilharia e aviões de ataque ao solo, numa região do rio Don, a leste de Kursk, coberta pelo II Exército alemão (comandado pelo Coronel-General Von Salmuth). Na zona de Woronesh, onde estava o XIII Corpo de Exército (do comando do general Straube, subordinado ao anterior), as posições visitadas foram atingidas por granadas da artilharia russa durante a estadia dos portugueses.

E o acidente aconteceu. Num aeródromo militar em Kursk, a cerca de 400 km de Moscovo, terá havido uma troca de material e, em vez de uma bomba de aviação de fumos, deflagrou mesmo uma bomba explosiva, atingindo quatro dos oficiais portugueses: o chefe da missão Ferreira de Passos, Afonso Almeida Fernandes, Mariano Lopes Pires e Carlos Freire. Porque saltou instintivamente, defendendo-se, este foi atingido por vários estilhaços, mas todos do lado direito do corpo, sem atingirem nenhum órgão importante. Pelo contrário o Mariano apanhou os estilhaços de frente, que o feriram muito mais gravemente. Após três dias em hospital de campanha e evacuação para Berlim, o Freire viu-o morrer na maca a seu lado, esvaindo-se com uma hemorragia interna, sem que os médicos o conseguissem salvar.

Foi um choque enorme, como se compreende, para ele e o resto da missão, para os familiares angustiados, em Lisboa, e um embaraço para o Exército<sup>27</sup>. Os alemães reagiram, à prussiana, e fizeram-lhe um funeral militar imponente, onde até o seu cavalo, coberto de negro, relinchava, parecendo sentir o cheiro do dono, segundo contavam os presentes. Os Lopes Pires - o Mariano e a "Aldinha" (não tinham filhos) - eram dos melhores amigos dos Freire, viviam no andar de baixo, no mesmo prédio, em Caxias, e ela quase enlouqueceu com a tragédia<sup>28</sup>. Muitos anos mais tarde, estava ainda irremediavelmente afectada, apesar da sua grande doçura e beleza.

Na pátria, as notícias e os boatos correram depressa. Por exemplo, *O Século* de 27 de Setembro titulava na sua primeira página: "Um oficial português morto e três feridos pela inesperada explosão duma bomba em experiência na Rússia ocupada", acompanhado das fotos das vítimas. Colérico, o pai, José Maria Freire, então Tenente-Coronel na reserva, amaldiçoava os "boches" e os seus amigos salazaristas e exigia que o deixassem ir buscar o filho à Alemanha. E à mulher, grávida de sete meses (do filho mais novo), vizinhas vinham perguntar-lhe: "É verdade que o Sr Capitão já vem sem as duas pernas, coitadinho!?"

Os feridos acabaram por regressar dispersamente, bem depois do grosso da missão. Mais tarde veio a recompensa simbólica de uma Cruz de Cavaleiro da Ordem da Águia Alemã (com as inevitáveis suásticas)<sup>29</sup>, que relembra ao Freire aqueles dias difíceis. Com a fria elegância germânica, a Embaixada do *Reich* em Lisboa não se esqueceu de enviar à esposa um enorme ramo de flores, de felicitações pelo nascimento do seu novo filho: era o dia 5 de Novembro de 1942. E o marido, embora ainda em tratamentos, já pôde beijá-la afectuosamente.

O prosseguimento da carreira de Carlos Freire fez-se com a sua colocação no Estado-Maior do Exército (então 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra). A acção que desenvolveu no planeamento das grandes manobras de 1943, na região de Pegões, a Sul do Tejo, que envolveram meios consideráveis para a época<sup>30</sup> - o governo decidira mudar a sua "política de alianças" e temia alguma reacção por parte de Hitler e talvez também Franco<sup>31</sup> - valeu-lhe um louvor do Major-General do Exército<sup>32</sup> "pelo muito zelo, dedicação e desembaraço com que desempenhou o cargo de Chefe da 1ª Repartição do Estado-Maior do Corpo de Exército em manobras (...)". Idêntico louvor se repetirá, por ocasião das manobras militares de 1945.

Por concurso, ganha o lugar de professor catedrático da 15ª cadeira (táctica de Engenharia) da já então designada Escola do Exército, no centro da capital, que exerce entre Junho de 1943 e Dezembro de 1944, quando, a este mister, prefere o de professor dos cursos de Estado-Maior, no IAEM em Caxias, em acumulação com o serviço que prestará em permanência no Estado-Maior do Exército (EME) até à sua fatídica ida para Angola em 1961. Apesar daquela curta permanência na Escola do Exército é louvado em portaria ministerial "(...) pela sua brilhante inteligência e sólida cultura, aliadas a esmerada educação, comprovada lealdade e nunca desmentido interesse pelo serviço (...)".

Depois de frequentar o ano de estudos do curso para promoção a oficial superior, acede ao posto de Major (do Corpo do Estado-Maior) em Junho de 1945.

Nesta época, dedica-se bastante à problemática das "informações". Por exemplo, entre 1947 e 1950, recebe quatro louvores pelos serviços prestados na 2ª Repartição do EME (justamente, a das Informações, onde estava em acumulação), o primeiro dos quais referindo as suas "grandes qualidades de trabalho metódico e inteligente" como "director do 1º estágio de informações".

Não admira, por isso, que em 1949 tenha sido mandado frequentar um curso na *Intelligence Corps School* em Inglaterra. Vem, então, com competências reforçadas nesta matéria, como o atestam as numerosas referências da direcção de cursos a oficiais instrutores das escolas práticas das armas e do serviço de informações militares.

Mas o que significavam nesta altura, no rescaldo "aliado" da guerra, as "informações militares"? Seria ele um teórico da espionagem ou do emprego da tortura? A pergunta



era legítima, pelo menos à luz de acontecimentos posteriores e para quem não estava envolvido em tais meios<sup>33</sup>.

Pela consulta de uma vasta documentação profissional deixada no espólio de Carlos Freire<sup>34</sup>, incluindo manuais, instruções, notas técnicas e apontamentos pessoais referentes a esta matéria, nada indica que uma ou outra dessas “técnicas” fosse “naturalizada” ou ensinada em programas de formação. O problema que verdadeiramente parece interessar os militares (sobretudo os ingleses, onde Carlos Freire se terá principalmente inspirado) é, num quadro de guerra clássica e de “território ocupado”, sob a égide das autoridades militares<sup>35</sup>, o de que credibilidade dar às informações obtidas de prisioneiros do exército inimigo (no cumprimento das regras das Convenções de Genebra), de desertores, de elementos da população civil ocupada, etc., face a outras fontes de informação sobre as *posições, forças e intenções do inimigo, num dado momento*, estas provenientes das “nossas tropas” mais avançadas e em contacto no terreno com o adversário, bem como das “unidades de exploração” (geralmente de cavalaria, agora mecanizada mas “ligeira” e não-blindada), da observação aérea, etc. Estas matérias aparecerem bem detalhadas no manual que publicou em 1944 sob o título *O Serviço de Informações em Campanha*<sup>36</sup> ou no seu “Relatório do *Special Intelligence Course*”<sup>37</sup>, frequentado em Maresfield Camp.

Naturalmente, as informações provenientes de fonte diplomática ou dos “serviços secretos” seriam integradas e analisadas em conjunto com as anteriores mas, para o Exército, estas pareciam ser “fontes secundárias”, que lhes vinham “de fora”, não mostrando aquela instituição ter qualquer especial apetência para as internalizar ou controlar. Será isto uma ingenuidade do analista? Manter-se-ia esta postura no final da década de 60, após anos de guerra colonial?

Entretanto, Carlos Freire realizara uma viagem com alunos do Curso de Estado-Maior aos Açores em 1948. Nessa altura, a Base Aérea das Lajes (Ilha Terceira) era o ponto fundamental da estratégia portuguesa nas relações com as potências vencedoras da guerra e aí estavam localizadas as “fortalezas voadoras” (B17) que Portugal recebera dos norte-americanos, uma das quais acabara de se estatelar no solo após uma aterragem falhada, conforme mostram várias fotografias da época<sup>38</sup>.

Nesse mesmo ano de 1948 obteve um louvor do Director do IAEM, onde se fala de “oficial distinto” e de “professor ilustre”, e outro do Director das Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado que refere as “destacantes qualidades de inteligência, brio, dedicação, competência profissional e aprumo (...) durante os dezasseis anos que tem consagrado a sua actividade técnica a este Estabelecimento (...)”<sup>39</sup>. Quer dizer: desde 1932 (logo que saiu oficial) que o Freire prestou colaboração, como engenheiro, ao “casão”<sup>40</sup>, o que certamente lhe dava um interessante complemento financeiro ao soldo de oficial<sup>41</sup>. No entanto, em 1943, fizera circular um *curriculum vitae* onde explicava: “Dispondo de algumas horas livres, pretende aplicar esse tempo em estudos e trabalhos da sua especialidade civil, de carácter particular e compatíveis com a sua situação militar, em qualquer organismo que careça de colaboradores.”<sup>42</sup>.

Durante a visita de Franco a Portugal, em Outubro de 1949, foi nomeado oficial-às-ordens do General Juan Vigon, um nome considerado de referência da guerra civil. Em foto publicada n' *O Século Ilustrado*<sup>43</sup> e outra imprensa, vêem-se os dois, enquanto o Major do CEM Alberto Andrade e Silva explicava ao "*caudillo de España por la gracia de Dios*" o desenrolar tático da batalha do Buçaco, no próprio cenário dos acontecimentos<sup>44</sup>, no mesmo dia em que a Universidade de Coimbra o entronizou com um doutoramento *honoris causa*!<sup>45</sup> No final desse ano, num cartão autografado recebido, lê-se: "Felices Pascuas y Año Nuevo. Juan Vigon, Madrid, 24-XII-1949".

Carlos Freire é promovido a Tenente-Coronel em Maio de 1950, por escolha, processo que deu azo a alguns mal-entendidos que terão levado a posteriores esclarecimentos particulares<sup>46</sup>.

No Inverno de 1950-51 é louvado em portaria pela sua acção como professor dos cursos de Estado-Maior, "serviços que devem ser considerados distintos e extraordinários", na sequência do que recebe uma primeira Medalha de Serviços Distintos, de prata.

Em Outubro de 1950 começa a frequentar o Curso Superior de Guerra, em Paris, com duração de dois anos, incluindo várias viagens de estudo a campos de batalha das guerras na Europa<sup>47</sup> e um curso *inter-armées* que o levou até à Argélia<sup>48</sup>, na época um *département français d'outre-mer*, onde se adivinhava já a futura insurreição e guerra de libertação nacional.

Deste curso, Freire guardou boas recordações, amizades pessoais e mais um reconhecimento institucional do seu valor profissional<sup>49</sup>. De facto, foram apenas um punhado os oficiais portugueses que frequentaram este curso<sup>50</sup> e ele terá sido dos que mais impressionou os professores e camaradas estrangeiros. Cite-se, a título de exemplo, a avaliação que mereceu um seu trabalho escolar intitulado "La part de l'imagination dans l'action du commandement", datado de Maio de 1951: "Très bonne analyse des caractéristiques de l'imagination - avec de très bonnes conclusions premières. Excellente notion de: - chefs de conception; - chefs d'exécution, qui fait ressortir l'aspect intellectuel des qualités d'un chef de Haut rang. Imagination conduite à rechercher l'effet de surprise. Très bonne synthèse finale: le sujet a été bien vu et *approfondi*."<sup>51</sup>

No final, aproveitando a sua estada em França, o Ministro do Exército mandou-o fazer um estágio no Estado-Maior francês e na Direcção do Pessoal Militar do Exército de Terra<sup>52</sup>, e um outro na escola de tropas pára-quedistas de Pau. O relatório desta última missão terá constituído a primeira avaliação séria para a criação de semelhante força militar em Portugal<sup>53</sup>.

Regressado a Lisboa, vai chefiar a 3ª Repartição (Organização) do Estado-Maior do Exército e, mais em concreto, ocupar-se da montagem orgânica da "Divisão NATO"<sup>54</sup> em constituição no novo campo militar de Sª Margarida<sup>55</sup>. Não é, por isso, de estranhar que entre os seus papéis figurasse este cartão: "O General Mathew B. Ridgway<sup>56</sup> tem a honra

de convidar o Excelentíssimo Senhor Tenente-Coronel Carlos da Silva Freire, para a recepção que se realiza no Hotel Aviz, no dia 22 de Junho de 1953, às 19,30 horas.”<sup>57</sup>

É promovido a Coronel em Novembro de 1953. Nesses anos, até finais de 1955, desenvolve intensa actividade, quer no Estado-Maior do Exército, quer como professor e director dos cursos de Estado-Maior, em Caxias<sup>58</sup>, “coleccionando” quatro louvores do Chefe do Estado-Maior<sup>59</sup>, um dos quais transcreve a seguinte apreciação do Ministro<sup>60</sup>: “Problema muito bem posto, melhor considerado, deduzido com evidência e culminado por poderosas conclusões, pode ser considerado como modelo de trabalhos deste género num Estado-Maior”. Outro, refere-o como “um distintíssimo oficial do Estado-Maior de inexpectáveis recursos e inultrapassáveis qualidades de carácter que lhe dão pleno direito a ser considerado um dos melhores oficiais do Estado-Maior e dificilmente igualado (...)”.

Também o Ministro do Exército<sup>61</sup> lhe atribui directamente um louvor em 1954 “pela forma altamente distinta e competente como tem desempenhado as funções de Chefe da 3ª Repartição do EME e dirigido os estudos e trabalhos de organização militar. Derivados da presente situação político-militar, no que mais uma vez demonstrou, a par de uma vasta cultura geral e militar e de uma excepcional capacidade de trabalho, lúcida inteligência e bom senso, íntegro carácter, espírito de sacrifício e aptidão para bem servir em todas as circunstâncias. Acumulando com o cargo de professor e ultimamente de director do Curso de Estado-Maior, num trabalho exaustivo de quase 2 anos, sem o mais pequeno sinal de enfraquecimento de vontade ou desfalecimento, ocupa um lugar de destaque entre os oficiais do Corpo do Estado-Maior, devendo os seus serviços ser considerados muito distintos, extraordinários e excepcionalmente relevantes.” Nesta sequência recebe uma outra Medalha de Serviços Distintos, esta de ouro. E também atinge o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Avis em 1955.

Entretanto, no Estado Português da Índia, a situação política tornava-se periclitante, no âmbito do processo de descolonização patrocinado pela Organização das Nações Unidas. Depois dos incidentes de 1954, em que irregulares indianos (armados) se apoderam dos enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli, no *interland* do distrito de Damão, provocando a morte de dois polícias locais<sup>62</sup>, foi decidido enviar forças expedicionárias para reforçar a guarnição do território. Repetia-se, um pouco, o cenário de 1895, depois da revolta dos *maratas*<sup>63</sup>. Desta vez, porém, havia um enquadramento diferente.

Com efeito, estávamos na mesma conjuntura em que se desenrolava a batalha de Dien-Bien-Phu, que iria selar a derrota francesa na Indochina. A União Indiana, conduzida por Nehru, posicionava-se como um dos países-líderes da descolonização, beneficiando do respeito internacional conquistado por Gandhi devido às suas tácticas de acção não-violenta. A “guerra-fria” já organizava as relações internacionais (no seguimento da guerra da Coreia e do armistício conseguido no famoso paralelo 38), com a NATO em pleno esforço de organização e rearmamento, os países do Leste a militarizarem-se ofensivamente e a URSS a infiltrar a sua influência política no mundo árabe, na Ásia, em África e mesmo nas democracias do ocidente europeu. O próprio movimento dos “não-

alinhados” saído de Bandung em 1955 desde o início deixou suspeitas sobre se não seria, de facto, um aliado encapotado ou objectivo de Moscovo e Pequim. E Portugal era nesse mesmo ano admitido na ONU e enfrentava aí o desconcerto da sua política ultramarina face aos “novos ventos da História”. Tudo isto prenunciava fortes “dores de cabeça” para o doutor Salazar.

Neste quadro, que missão atribuir à guarnição portuguesa na Índia, após o envio, de urgência, de umas quantas companhias indígenas de Moçambique, de três batalhões de caçadores, um grupo de cavalaria (reconhecimento) e três baterias de artilharia da metrópole, além de uma força naval (de 2 ou 3 avisos) que ali estacionou durante uns anos? Foi sobretudo esta questão que terá determinado a demorada visita de inspecção do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Barros Rodrigues, no Verão de 1955. Carlos Freire acompanhou-o, na qualidade de adjunto, fazendo também a viagem o então Capitão Eduardo Barbosa de Abreu, ajudante-de-campo de Barros Rodrigues.

A missão saiu de Lisboa a finais de Julho e só regressou no início de Outubro, fazendo o trajecto em aviões comerciais e com várias paragens... turísticas<sup>64</sup>. É que as ligações aéreas eram então difíceis e havia que esperar dois ou três dias numa cidade para se arranjar um novo voo para a escala seguinte. Puderam assim visitar Roma, Beirute, Damasco, Karachi e Quetta. Aqui, no Paquistão, nosso aliado potencial contra a União Indiana, realizaram uma visita oficial a instituições militares do exército paquistanês, então ainda organizado segundo o modelo dos ex-colonizadores ingleses<sup>65</sup>.

No Estado Português da Índia, as ligações entre os três distritos e a ilha de Anjediva faziam-se por mar e os aviões da companhia aérea local TAIP<sup>66</sup> realizavam sobretudo voos entre Goa e Karachi. Assim, a missão embarcou diversas vezes no *Afonso de Albuquerque* e no *João de Lisboa* para chegar a todos os recantos do território sob administração portuguesa.

As tropas estavam ainda mal instaladas, muitas vezes em edifícios improvisados ou em barracões levantados à pressa. O armamento era antiquado, de variados modelos e proveniências, mal-tratado pela humidade do clima, tal como as pólvoras das munições. O material de intendência e os géneros alimentícios eram de má qualidade e o moral das tropas afectado pela inadequação do fardamento e condições da remuneração, havendo diferenças acentuadas entre os quadros da guarnição da colónia e os das forças expedicionárias, as praças africanas, indianas, etc. Enfim, a logística devia ser péssima, salvando-se o habitual “desenrascanço” e espírito de sacrifício de uma parte dos militares portugueses.

Da leitura do relatório saído desta visita<sup>67</sup> (na maior parte preparado por Carlos Freire, que também substituiu o General Chefe durante um período em que este adoeceu, em Goa), pode concluir-se que:

- Pela “ordem de batalha” então em vigor (classificada de “muito secreta”), o efectivo militar das forças terrestres totalizava cerca de 6 600 homens, incluindo 2 500 africanos

e 300 indianos, 270 oficiais e 570 sargentos;

- A concepção da defesa de Goa assentava então num perímetro defensivo de cerca de 80km apoiado em Margão (a Sul, isto é, no flanco direito das “nossas tropas” face ao inimigo), Pondá (a Leste, no sector central) e na margem esquerda do rio Mandovi (face ao IN vindo do Norte, flanco esquerdo das NT), com o “centro de gravidade” no porto de Mormugão, uma missão de retardamento à frente daquela linha por parte das forças móveis de cavalaria e da polícia, e a atribuição à força naval da missão de bater-se “contra as possíveis Forças Navais inimigas e, se possível, apoiar pelo fogo a acção das Forças Terrestres e manter as ligações entre Goa, Damão e Diu”;

- O relatório propõe uma recentragem (para Norte) do dispositivo terrestre, levando o flanco esquerdo para a zona de Mapuçá-Bicholim e rio Chaporá (dando um pouco mais de profundidade ao espaço de defesa, nesse lado, face ao principal objectivo político dos invasores que seria sempre Pangin, a capital) com um aumento do perímetro defensivo para 95/100 km (o que exigiria mais um batalhão disponível: 5, em vez de 4);

- Face ao plano em vigor de uma defesa estática, ao longo daquele perímetro, propõe também uma concepção alternativa de concentração dos meios nos 3 nós de comunicações principais (justamente Margão, Pondá e Bicholim-Mapuçá), na base de um “agrupamento tático” em cada uma destas zonas (1 batalhão de infantaria, 1 bateria de artilharia de campanha, 1 esquadrão de cavalaria e 1 força de engenharia com transmissões, sapadores e pontoneiros), com iniciativa e mobilidade tácticas e o máximo uso das dificuldades naturais (rios, colinas) para, juntamente com certos entrincheiramentos, retardar a progressão do inimigo, e uma concentração das reservas na península de Mormugão;

- Quanto às intenções e ameaças da parte adversa (com a lastimada ausência de um serviço de informações militares), o relatório considera que a “hipótese mais perigosa [...] consistiria numa invasão em forma, conduzida por forças regulares do Exército Indiano, apoiadas por uma aviação conveniente e por forças navais. [...] Perante tal hipótese a defesa será meramente simbólica e, salvo num ou noutro ponto, a sua duração fugaz. Horas, dias? Muito difícil de calcular. No conjunto calculamos que não deverá ir além de 48-72 horas e, findo este prazo, os objectivos principais estariam na posse dum inimigo que disponha, como supomos, dos meios para tal necessários e que, em forças de terra, não precisariam de ir além duma divisão. [...] Sejam quais forem as medidas que tomarmos, nunca poderíamos estar em condições de fazer face, com êxito, à hipótese mais perigosa, a não ser que se dessem outras circunstâncias, difíceis de prever, que aumentassem o nosso potencial - sistemas de alianças, modificações profundas da ordem internacional - ou que diminuíssem o poder militar da UI: discórdias ou revoltas internas, lutas com estados vizinhos, etc.” Assim, deveríamos activar “tudo quanto possamos fazer, no campo internacional e no domínio da política para evitar que tal hipótese se venha a verificar um dia e, se tal se der, conseguir que alguém venha em nosso auxílio”;

- As hipóteses alternativas de ameaça consideradas no relatório são: “invasões

satyagrahis<sup>68</sup>” e “operações levadas a efeito por forças de polícia<sup>69</sup> ou forças ou bandos políticos armados - género brigadas internacionais da Guerra de Espanha - cujo valor não vá muito além do dobro daquele que possuímos.” Face a estes outros cenários, deveríamos “melhorar, o mais que pudermos, o potencial e a eficiência das nossas tropas”, procurando que “as tropas que guarnecem o EI tenham um elevado moral, um conveniente apoio logístico e um comando de alta qualidade, e estejam completas em pessoal e material” para o que se explicitam quase uma dúzia de “questões que carecem de ser devidamente consideradas e solucionadas pelo Governo” (que vão desde a rendição atempada dos efectivos, aos vencimentos, alimentação, instalações, etc.);

- Finalmente, quanto aos distritos (geograficamente separados) de Damão e Diu, apenas se previa uma acção defensiva “até ao último extremo” dos redutos históricos (fortalezas de Damão Grande e Damão Pequeno, e a fantástica fortaleza de Diu), embora, no primeiro caso, o relatório alerte para a sua perigosa posição de “*cuvette*, encostada ao mar e rodeada na fronteira terrestre por uma série de elevações [que] assemelha-se muito à de Dien-Bien-Phu, na Indochina”, pelo que se aconselha a “neutralizar os observatórios inimigos instalados nessas alturas, obrigando, possivelmente, a nossa artilharia a instalar-se em posições avançadas, especialmente a Sul” e a “preparar a intervenção das NT, no caso de ataque a Goa, sem ataque a Damão, em acções ofensivas, tipo cobertura ofensiva, tendentes ao domínio das alturas circunvizinhas e à realização de golpes-de-mão sobre objectivos próximos, localizados em território inimigo, tais como, por exemplo: - cidade de Valpoi; - pontes ferroviárias, que permitem o corte das comunicações de Bombaim para Sul, etc.”

O relatório não se coíbe (ao terminar) de tecer avaliações pessoais sobre os comandos, desde o Governador-Geral até aos Comandantes dos Batalhões<sup>70</sup>. Foi, provavelmente, uma parte redigida pelo próprio Barros Rodrigues, detectável até pela maneira personalizada como se exprime: a um, avalia-o “de aspecto modesto, mas considerado competente, trabalhador [...] e é disciplinador, respeitado e atendido”; a outro, julga-o “demasiado centralizador”; de um terceiro, diz ser “um oficial com pouca experiência de comando de tropas, mas dotado de excepcionais qualidades de simpatia e desembaraço”; ainda de outro, afirma: “É oficial de fraca apresentação e não tem experiência de comando de tropas, especialmente tropas africanas”; e de um derradeiro, ajuíza, peremptório: “Oficial de fraca personalidade e pouco activo. [...] Temos, por isso, também dúvidas sobre o valor combativo desta unidade.”

Como se sabe, uma visita do Subsecretário de Estado do Exército Costa Gomes em 1959 levou à decisão de uma redução do dispositivo de defesa, face às novas ameaças que se perfilavam em África. Em 1961, o efectivo militar estava reduzido a cerca de 3 500 homens, cerca de metade do que fora anos antes. E quando soou a hora do desenlace, a União Indiana atacou mesmo por terra, ar e mar, em Dezembro de 1961<sup>71</sup>, configurando a “hipótese mais perigosa” que havia sido equacionada em 1955. O Freire já não assistiu a esse acontecimento, de que ele poderia, aliás, ter sido protagonista.

Com efeito, em 1958, na altura da rendição do Governador-geral Bénard Guedes, o então

Ministro do Ultramar Almirante Lopes Alves convidou-o para aquele lugar, justamente por saber daquele relatório e do seu bom conhecimento da situação local. Além disso, fora seu colega de ensino no IAEM e teria dele uma impressão favorável. Freire declinou o convite, arguindo sobretudo razões familiares (a doença óssea de que o filho mais velho ainda padecia e o desencanto da mulher perante tal perspectiva). Mas creio que terá havido três outras razões, talvez mais fortes, para a sua atitude: a eventual avaliação de que poderia enfrentar o desfecho que se veio realmente a verificar; a sua falta de experiência dos meandros da administração colonial; e possivelmente também o facto de se tratar de uma nomeação nitidamente política: isto é, teria de defender pessoalmente as posições do governo da República - o que forçaria um tanto a sua postura de não envolvimento na vida política. Após a sua recusa, o Ministro virou-se então para o General Vassalo e Silva. Em Setembro de 1958, durante as suas férias passadas (como habitualmente) em Ourém, Carlos Freire foi a Tancos, à Escola Prática de Engenharia, onde Vassalo e Silva se encontrava, para que conferenciassem, à porta fechada, sobre a real situação da Índia. Este veio a ser o último Governador-geral da Índia Portuguesa e foi feito prisioneiro após a derrota de Dezembro de 1961. E, nessa altura, muita gente se interrogou: que teria feito o Freire, se estivesse naquele lugar?

Num parêntesis, a propósito da camaradagem com oficiais da Armada que leccionavam no IAEM, ou por outro modo travaram relações profissionais e tiveram um conhecimento mais íntimo com Carlos Freire, além de Lopes Alves, devem citar-se os nomes de Guerreiro de Brito, Jacinto Neto Milheiro, Jerónimo Henriques Jorge, José Conceição Rocha e, sobretudo, Armando Júlio Roboredo e Silva (quando ainda não era Chefe do Estado-Maior da Armada mas já pontificava na estrutura superior da instituição).

Para cumprir o necessário “ano de comando”, coube-lhe o Regimento de Engenharia Nº 1, mais uma vez em Lisboa<sup>72</sup> (ao Campo Grande, onde é hoje a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; mas com um aquartelamento também na Pontinha, onde funcionou o posto de comando do movimento militar do 25 de Abril de 1974). Foi em 1955-56 e ali foi encontrar, entre outros, o seu antigo discípulo do Colégio Militar e de Engenharia Américo Macedo. Dois outros dos seus colaboradores “antigos na casa” eram os Tenentes (auxiliares) Olímpio Baptista e Guilherme de Castro Luazes Santos, este filho do Coronel de Cavalaria Benjamin Luazes (Monteiro Leite e Santos), velho herói das campanhas de África do início do Séc XX e amigo do pai José Maria Freire<sup>73</sup>. Na opinião destes dois, o “comandante” era muitíssimo exigente mas fora capaz de pôr o regimento em bom plano de eficiência e transmitir orgulho ao pessoal, em poucos meses, além de lhe dar uma boa imagem pública<sup>74</sup>. Não admira, assim, que tenha recebido nesse período nada menos de dois louvores do Governador Militar de Lisboa. Num deles se referem as “invulgares qualidades militares e de comando, espírito organizador, orientação elevada e firme, probidade meticulosa, grande aprumo moral e um inexcedível espírito de bem servir”.

Ainda em 1956 conduz uma visita do curso de Estado-Maior ao SHAPE<sup>75</sup>, então instalado em Fontainebleau, sendo recebido pelo respectivo Comandante-em-Chefe, General (americano) Gruenther, outra figura bem conhecida da época.

No ano lectivo de 1956-57 frequenta o Curso de Altos Comando, no IAEM, tendo como condiscípulos outros Coronéis como Alberto Andrade e Silva, França Borges, David dos Santos, Pimenta da Gama e outros, num total de doze. No final do ano, ao lado de alguns classificados como “não-aptos” e da maioria considerada “apta”, obtém a única classificação de “muito apto”. Estava de férias em Ourém quando, a 24 de Setembro, chegou a notícia, por telegrama, confirmada no dia seguinte no *Diário de Notícias*, da sua promoção a Brigadeiro. Cinco dias depois completava 50 anos e era o Oficial-General mais novo do Exército português.

De aluno, passa imediatamente a professor do mesmo curso, no IAEM, agora instalado em Pedrouços. Referindo-se ao período em que fora professor dos cursos de Estado-Maior, recebe um louvor por portaria ministerial de Outubro de 1957 onde se conclui que tais serviços devem ser “classificados de distintos”<sup>76</sup>.

É nomeado para o cargo de Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército, sendo Vice-Chefe o General Adelino Veríssimo e Chefe o General Beleza Ferraz. É este que, em 1958, lhe concede um outro expressivo louvor, onde se afirma que: “o Brig Carlos Freire tem-se revelado em toda a sua carreira como um oficial de muito valor, possuidor de vasta cultura geral e profissional sempre demonstrada nos trabalhos realizados e nos cursos que frequentou, em particular na Escola Superior de Guerra de Paris onde deixou entre os seus condiscípulos e professores um nome que louva o Estado Maior Português, tudo isto a par de uma extraordinária dedicação pelo serviço, de grandes faculdades de trabalho e de realização, creditando-se deste modo como um oficial ilustre que tem prestado ao Exército serviços extraordinários e muito importantes.” É, nesta altura, condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe.

Após as mudanças governamentais de 1958, muda também a chefia do Estado-Maior do Exército, sendo nomeado o General Câmara Pina, mas mantendo-se o Veríssimo<sup>77</sup> e o Freire nos mesmos lugares.

Por esta altura, tem frequentes relações com instâncias da NATO, sobretudo em Inglaterra e na Alemanha, por causa das novas armas sofisticadas - os mísseis<sup>78</sup> - e também pela importância assumida pela tecnologia nuclear e outros “domínios de ponta”, como a incipiente informática<sup>79</sup>. Carlos Silva Freire é nomeado presidente da então criada Comissão Coordenadora de Investigação para a Defesa (CCID)<sup>80</sup>, mantendo estreita cooperação com o Eng José Frederico Ulrich, presidente da Junta de Energia Nuclear.

Depois de ter sido credenciado, desde 1957, como podendo manipular informação NATO classificada como “*Cosmic Top Secret*”, vem a ser nomeado Autoridade Nacional de Segurança, o que impunha um *agrément* por parte das instâncias europeias da NATO.

Freire nunca atravessou o Atlântico, mas foi a frequentes reuniões na Europa. Por exemplo, em 1954 integra uma “missão ao Quartel-General do Centro-Europa, em Fontainebleau, para o estudo do movimento e do estacionamento em França da Divisão



Portuguesa destinada ao SACEUR<sup>81</sup>; em 1957 chefia uma numerosa missão a Frankfurt “for the purposes of attending approximately 7 days observer training with United States Army units”<sup>82</sup>; e em 1958 participa num curso para *senior officers* na *USA Intelligence, Military Police & Special Weapons School* na Baviera, com uma vintena de representantes militares dos Aliados<sup>83</sup>.

É promovido a General em Dezembro de 1959 e em Outubro seguinte é louvado pelo Ministro do Exército<sup>84</sup> “por ter prestado os mais importantes serviços durante os anos em que serviu como Subchefe do Estado Maior do Exército (...) A sua poderosa inteligência, dedicação (...) permitem apontá-lo como um colaborador de excepcional valia e um Chefe de alta categoria militar.” Devido também às intensas e prolongadas relações com o exército espanhol<sup>85</sup>, sobretudo no âmbito do ministério da Defesa Nacional, então dirigido por Botelho Moniz, é por esta altura condecorado com a Grã-Cruz de Mérito Militar de Espanha<sup>86</sup>.

O seu último cargo na metrópole é o de Ajudante-General do Exército, que exerce durante pouco mais de um ano. O cargo correspondia a uma das “pontas do tridente” do alto comando, que incluía também o Quartel-Mestre-General do Exército<sup>87</sup> e, com autoridade superior a todos, o Chefe do Estado-Maior do Exército. A este cabia representar a instituição e responder perante o Ministro pela sua eficiência e pelo desempenho das missões atribuídas. Ao anterior, correspondia a organização de toda a logística. E ao Ajudante-General cabia a administração do pessoal, desde o recrutamento e a instrução até à sua remuneração e bem-estar.

Na sequência deste desempenho, é surpreendido por uma homenagem prestada pelos oficiais seus subordinados nesta estrutura: uma placa de prata, um galhardete e uma bela carta manuscrita e iluminada que termina assim: “Encerramos estas modestas palavras com um agradecimento e um voto: o agradecimento - pela aceitação da nossa homenagem; o voto - para que o comando da 3<sup>a</sup> R. M. resulte como a mais brilhante comissão de serviço da carreira militar de V.Exa.”<sup>88</sup>.

Já sem estranheza, é louvado em Abril de 1961 pelo Ministro “pela forma distinta e competente como vem desempenhando as funções de Ajudante-General do Exército onde, mais uma vez, demonstrou a sua lúcida inteligência, bom senso, apurado espírito de justiça e carácter íntegro. Acumulando aquelas funções com as de professor do curso de altos comandos, pôs sempre em evidência, num trabalho exaustivo, as suas excepcionais qualidades de trabalho e confirmou o alto conceito em que é tido, de um dos mais distintos oficiais do exército.” A curiosidade que aqui se levanta provém do facto deste louvor ter sido publicado na *Ordem do Exército* Nº5, 2<sup>a</sup> série, de 12 de Abril de 1961, ou seja, na data em que estava em curso a tentativa do ministro da Defesa Botelho Moniz para destituir Salazar, que ficou conhecida por “abrilada”. Qual o sentido deste louvor, da parte de Almeida Fernandes, que igualmente caiu com o fracasso do golpe? E qual foi a atitude de Carlos Freire?

Neste ponto, o autor apenas pode socorrer-se daquilo que ele próprio deixou escapar em

conversas *tête-à-tête* que então teve consigo (na época, Cadete da Armada e possivelmente já digno, no seu entender, de começar a aprender as coisas difíceis da vida), e também com o seu irmão José<sup>89</sup>.

Na hora das determinações pessoais, com telefones a tocar dos dois lados, Freire confessou ter sofrido a angústia das decisões dilemáticas. Mas, tal como anteriormente perante o “fenómeno Humberto Delgado”, terá sobretudo pesado na sua avaliação a falta de confiança pessoal em tais “cabeças” de oposição a Salazar, pois que os conhecia a todos muitíssimo bem, como militares e como “homens do regime”. Golpes palacianos deste tipo (eventualmente suportados por fortes ambições e rivalidades pessoais) deveriam merecer a sua reprovação, e mesmo a sua declarada oposição se, tratando-se de militares, pusessem em risco a paz pública ou abrissem a hipótese de uma guerra civil. A Delgado, considerava-o “um louco”, de “paixões”, a despeito de lhe reconhecer grande inteligência. Quanto a Botelho Moniz, era mais reservado no seu julgamento, mas percebia-se que nunca o seguiria numa “aventura”.

Nestas circunstâncias, considerando-se ele um “alto chefe subordinado”, declarou-se leal ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Câmara Pina, afirmando-lhe que o seguiria nas suas decisões, não colocando problemas de quebra de unidade na estrutura de topo do Exército.

A interpretação desta sua atitude deve fazer-se sobretudo pela compreensão da sua própria racionalidade e estrutura moral. É que o Carlos Freire era daqueles que conhecia rigorosamente as responsabilidades de um chefe militar e - como o provou nos meses seguintes - esforçava-se por assumi-las ele próprio, até ao limite. Uma vez, caracterizou um certo camarada de armas deste modo liminar: “É certamente um dos melhores segundos-comandantes do mundo; mas não lhe daria a chefiar nem um pelotão!”. Ou seja, distinguia de forma perfeitamente clara as competências de um excelente “técnico”, “administrador” ou “colaborador”, das qualidades indispensáveis a um “decisor” (que na altura se corporizavam com muita evidência nos altos chefes militares e nos governantes).

Como se sabe, o “golpe” foi vencido pela inabilidade do seu líder, pelo “contra-golpismo” de Kaulza de Arriaga e pela matreirice das “velhas raposas” do regime, incluindo Salazar e Américo Tomás.

Consequências imediatas (além da retirada “para a prateleira” dos mais envolvidos): as tropas que estavam a seguir para Angola quase em segredo (de avião, à noite, de Figo Maduro) passaram a fazê-lo no cais de Alcântara ao som de fanfarras e aos gritos cadenciados de “Angola, é nossa!”, obedecendo entusiasticamente ao apelo de Salazar<sup>90</sup>; e o Freire recebe guia-de-marcha para ir comandar a Região Militar desse território sob administração portuguesa e tentar conter a rebelião armada nacionalista.

A leitura interpretativa que julgo poder fazer-se desta nomeação, por parte do ministério, é a seguinte: a lealdade de Freire ao seu chefe militar directo e N<sup>o</sup> 1 do Exército é

certamente um acto de disciplina, mas que lhe evitou um gesto de apoio ao governo<sup>91</sup>; alguns terão mesmo lembrado que ele nunca fizera tal gesto e até era filho de um militar republicano, desafecto ao regime<sup>92</sup>; o homem gozava de grande prestígio profissional mas nunca saía dos gabinetes do Estado-Maior e das aulas de Caxias, sem roçar as tarimbas dos quartéis ou provar o calor dos trópicos; enfim, aí estava a missão indicada para ele, onde deveria provar se, realmente, era tão bom no comando de uma campanha como a criticar os seus alunos. Ou regressava como um César triunfante<sup>93</sup>, ou, falhando, seria remetido para a mediania (onde os portugueses gostam que “os outros” estejam)!

Na hora do embarque, é já quase apenas normal que, por portaria ministerial<sup>94</sup>, averbasse mais um louvor, relativo à sua actividade lectiva, com a afirmação de que “ (...) evidenciou, a par de uma inteligência brilhante e de profundos e seguros conhecimentos, notáveis qualidades pedagógicas e extrema dedicação pelo ensino, que elevou em alto grau, pelo que são de considerar distintos e relevantes os serviços prestados no IAEM.”

A 4 de Fevereiro de 1961, grupos armados afectos ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)<sup>95</sup>, tentam tomar de assalto a cadeia de S. Paulo, em Luanda, onde tinham correligionários presos, e outras instalações policiais. Em 15 de Março, nas províncias do Norte, dá-se uma insurreição sangrenta dirigida pela União dos Povos de Angola (UPA)<sup>96</sup>, onde morrem milhares de colonos brancos e também trabalhadores bailundos.

Eram os primeiros actos de uma nova guerra, com todo o seu cortejo de horrores e a pesada responsabilidade moral de quem a decidiu ou provocou.

Nas semanas e meses seguintes prosseguem os assaltos a fazendas, ataques a povoações e emboscadas nas estradas, com as autoridades portuguesas a perderem o controlo da situação em boa parte dos distritos de Luanda, Quanza-Norte, Uíge e Zaire<sup>97</sup>. Os brancos reagem e improvisam milícias, que respondem também com violências gratuitas, reforçando uma escalada dramática<sup>98</sup>. As tropas<sup>99</sup> são incapazes de conter a situação. A economia fica paralisada, os refugiados afluem à capital, as comunicações interrompidas e a administração suspensa.

Esclarecida politicamente a situação em Lisboa - depois do apaixonante “desvio” do paquete *Santa Maria* e da “abrilada” de Botelho Moniz -, o governo<sup>100</sup> resolve mudar os responsáveis político-militares de Angola<sup>101</sup>. O General Freire é nomeado Comandante da 3ª Região Militar em Maio e, munido de uma “instrução pessoal e secreta” do CEMGFA de 5 de Junho, chega a Luanda no dia seguinte, assumindo interinamente as funções de Encarregado do Governo e Comandante-Chefe de todas as forças (terra, mar e ar) em Angola. Um segundo documento do mesmo tipo<sup>102</sup> é veiculado a 17 do mesmo mês, já com instruções precisas sobre o emprego dos batalhões e companhias de expedicionários que começavam a chegar, em grande número, a Luanda.

A 23 de Junho aterra no Aeroporto/Base Aérea Nº 9 (Luanda) o novo Governador-geral, com funções de Comandante-Chefe, General Aviador Venâncio Deslandes, a quem Freire

“transmite os poderes”, concentrando-se doravante nas suas funções de responsável pelas operações de reocupação do território, ataque às forças adversárias, abertura de itinerários, controlo da segurança dos espaços e das populações, organização da quadrícula do dispositivo militar, abastecimento logístico e serviços de apoio às tropas e, como corolário, restabelecimento da rede de administração civil. No primeiro dos citados documentos secretos, diz-se que “No *aspecto externo*, há necessidade absoluta de restabelecer totalmente a paz em Angola até à reabertura da Assembleia Geral da ONU, em princípios da segunda quinzena de Setembro. [...] *Internamente*, a não dominação do terrorismo até à próxima época das chuvas representaria uma nítida vantagem em seu favor, dada a dificuldade de actuação das nossas forças nessa época [...] Ainda neste aspecto o tempo trabalha a favor do Inimigo. A nossa luta é verdadeiramente contra-relógio. Há que vencer até meados de Setembro.” Mas também se alerta para as dimensões não-militares da situação: “O problema militar é sem dúvida de primeira prioridade, mas deve ser acompanhado e seguido da acção política, psicológica e social para recuperação das populações” devendo estas medidas “destinadas a evitar a divisão entre brancos e pretos [...] ser completadas com as seguintes: 1. Impor a disciplina e o respeito mútuos nas povoações; 2. Disciplinar rigidamente, através duma organização e comandos adequados e capazes, as ‘milícias’ ou formações do corpo de voluntários.”

Com sucessos e dificuldades, mortos e feridos, desastres e problemas inesperados, as operações foram-se desenrolando, nos meses seguintes, nalguns casos em cooperação com a Marinha<sup>103</sup> e, mais intensamente, com a Força Aérea (metralhamento e bombardeamento de concentrações de guerrilheiros, transporte tático, lançamento de pára-quedistas, reabastecimento, reconhecimentos)<sup>104</sup>. A cobertura aérea foi, em termos militares, decisiva nesta fase da guerra (até porque actuava em situação de quase-impunidade) mas, como sempre, nada poderia fazer sem o sacrifício dos homens do terreno.

Pouco a pouco, o dispositivo militar foi-se instalando na Zona de Intervenção Norte (ZIN), desdobrada em 5 Comandos de Sector, vindo a atingir perto de 30 000 homens. Fizeram-se algumas grandes operações ofensivas, como a de Nambuanguongo, da Pedra Verde, o lançamento de pára-quedistas em Quipedro, a Serra da Canda, etc.

Não vou, porém, relatar esses factos. Prefiro trazer ao conhecimento do leitor os apontamentos (até agora inéditos) da agenda pessoal do General Freire que, dia a dia, anotava as suas ocupações, e também algumas das suas preocupações. Julgo que o documento é interessante (a despeito de ter sido submetido a inevitáveis “cortes”<sup>105</sup>), até porque nele se caldeiam as lógicas bélicas e políticas, com as mais prosaicas e familiares, daqui resultando - creio eu - um documento humanizado, retrato pessoal de um curto período vivido “no fio da navalha”, e que acabou mal para o protagonista.

### **Extractos da agenda/diário: Angola, Junho-Novembro 1961**

5 Junho, 2ª Fª “Partida do Aeroporto às 21.45, destino Kano e Luanda. [...] Connosco

seguia o Almirante Sarmiento Rodrigues que ia tomar posse do cargo de Governador-Geral de Moçambique [...]"

6 Junho, 3ª Fª "Chegada ao Aeroporto de Luanda às 15.30. Cerimónia de transmissão de poderes no QG<sup>106</sup> às 17 horas. Jantar no *Hotel Continental* onde ficámos alojados. Ida nocturna ao Porto e cidade de Luanda. Embarque do Bat. 109 - Ponte<sup>107</sup>. [...] Fizemos a viagem: eu, o Coronel Moura dos Santos<sup>108</sup> e o ajudante Capitão Pombo e Costa<sup>109</sup>."

7 Junho, 4ª Fª "Visita ao QG. Briefing na 'Sala de Operações'. Almoço na Messe de Oficiais. 15.00 Visita ao Comando Naval de Angola<sup>110</sup>. 16.30 Despedida no Aeroporto do Embaixador Negrão de Lima<sup>111</sup>. 17.00 Visita ao Comando da 2ª Região Aérea<sup>112</sup>. [...]"

8 Junho, 5ª Fª "Ida em avião *Broussard*<sup>113</sup> com os Tenentes-Coronéis Marques<sup>114</sup> e Magro a S.A. Zaire<sup>115</sup> assistir ao desembarque do Batalhão Nunes da Ponte, que embarcou ontem na Fragata *Pacheco Pereira*<sup>116</sup>. Partida às 9.45, chegada a Cabinda [...] S.A.Zaire [...] Ambrizete [...] Ambriz [...] e Luanda às 18.10. Um PV2<sup>117</sup> em missão de reconhecimento na fronteira NE não voltou."

9 Junho, 6ª Fª "Chegada do *Niassa* com os Batalhões Albuquerque<sup>118</sup> e Oliveira Rodrigues<sup>119</sup>, 1 Esq. do RC8<sup>120</sup> e 1 Destacº Intº<sup>121</sup>. Despedida do Engº Ulrich<sup>122</sup> [...] O Gal. Araújo<sup>123</sup> telefonou e eu escrevi uma carta que mandei pelo Cte. Abecasis<sup>124</sup>."

10 Junho, Sábado " [...] Depois do pequeno almoço mudámos as coisas para a nova residência, tendo chegado as malas do avião militar<sup>125</sup>. [...] Fiquei com todo o pessoal do Gal. Libório<sup>126</sup> [...]. Depois do almoço demos 1 volta pela cidade e à tarde viemos ao QG e assim se passou o feriado 10 de Junho em Luanda."

12 Junho, 2ª Fª "Revista aos efectivos chegados no *Vera Cruz*<sup>127</sup>. Partida no *NordAtlas*<sup>128</sup> com o Resende e o Marques para Negage<sup>129</sup>. [...] Ida em *Dornier*<sup>130</sup> ao campo de Carmona. [...] Volta para buscar 6 feridos [...] e chegada de noite às 18.30. Ida à noite ao Hospital Central e ao Hospital Militar com vítimas de intoxicação a bordo do *Vera Cruz*."

13 Junho, 3ª Fª "Receber os governadores de Quanza Sul (Comte. Prado<sup>131</sup>), Benguela e Uíge (Major Rebocho Vaz<sup>132</sup>). [...]"

14 Junho, 4ª Fª "15 H. Posse das funções de Encarregado do Governo<sup>133</sup>. Às 10.30H recebi o Cel. inglês Wearnig (?) do CEM (?) [...] Falei com Cel. Rodrigues<sup>134</sup> s/ voluntários, ouvi queixas da Polícia S.P. [...]"

15 Junho, 5ª Fª "Partida para Lisboa, no *Vera Cruz*, do Cel. Godinho e Mimi<sup>135</sup>, e Pires Neves. Chegada Cel. Nobre de Carvalho, Cte. da PSP. Visita à Esquadra de Comando da PSP, muceque Mota, Cadeia de S. Paulo e Quartel da 1ª Cª Móvel<sup>136</sup>."

16 Junho, 6ª Fª "Ida ao Caxito à 5ª Companhia do Cap. Mendonça<sup>137</sup> [...] Mabubas, Fazenda Tentativa<sup>138</sup> [...]. Expedi a minha Directiva nº 1 destinada a orientar todas as operações militares na região a que chamei 'Zona de Intervenção Norte' ZIN."

19 Junho, 2ª Fª "Notícias de ataque a Ambriz e más notícias do Bat. Maçanita<sup>139</sup>. [...]"

20 Junho, 3ª Fª "Fazem hoje 15 dias que aqui cheguei. Trabalho muito; saúde boa; realizações poucas. [...]"

21 Junho, 4ª Fª "O Santos Paiva<sup>140</sup> partiu hoje para Negage a ocupar o seu posto. Ambriz foi atacada de novo."

22 Junho, 5ª Fª " [...] Vou à estação de CF de Malange despedir-me do Bat. Armindo<sup>141</sup>."

23 Junho, 6ª Fª "Chegou Deslandes<sup>142</sup>; eram 13.30. Fui recebê-lo; cerimónia da posse 16H00; discurso. Conversa particular. À noite fui visitar o Presídio Militar e o *Mercedes*

ficou avariado, junto à estrada de Belas eram meia-noite. Eu e Moura dos Santos viemos para casa numa carrinha velha.”

24 Junho, Sáb. “11H. Transmissão de poderes no QG [...] Falei com Ten.Cel. Pinto Coelho<sup>143</sup> sobre o seu Bat. Com a ida ao Presídio apanhei bastante cacimbo na cabeça e hoje tenho estado cheio de dores de cabeça. Tomei 2 comprimidos de Paraprime (?) para o paludismo.”

25 Junho, Dom. “Hoje já estou melhor. Fui à missa e passamos a tarde no QG num briefing ao Deslandes. Entrou à noite no Porto o navio *Moçambique*<sup>144</sup> que traz mais um batalhão. Fui visitado pelo Romão e pelo Fogaça<sup>145</sup>.”

26 Junho, 2ª Fª “Chegada do Ministro da Defesa das Rodésias<sup>146</sup>. [...]”

27 Junho, 3ª Fª “Das 10 às 13 houve um briefing no QG que correu bastante bem. [...] Visita ao Quartel dos *Pára*. Às 16,30H revista e parada dos 3 batalhões e 1 CPM<sup>147</sup> vindos no *Uíge*<sup>148</sup> e *Moçambique*. [...] Chegou o Franco<sup>149</sup> e o Cap. dos Correios para organizar o Serviço Postal, Cap. Tapadas.”

28 Junho, 4ª Fª “Reunião no P. Governador s/ defesa Luanda. Almoço casa Comodoro: Governador, eu, Moura Santos, Marques, Resende [...]”

29 Junho, 5ª Fª “Ida a Catete 60 kms, depois à estrada para a Muxima sobre a barca de passagem do Quanza, 26Kms/50’. Vim a Viana ver o bivaque das 2 Comp. do Armindo e encontrar o sargento Inglês (?). Chegámos às 7.30H já com o QG alvoraçado, de noite fechada.”

30 Junho, 6ª Fª “O Gal. Deslandes esteve na Sala de Operações. Telefonou o Calheiros. Jantar em casa do Resende, com o governador, o ajudante e o secretário [...]”

1 Julho, Sáb. “Às 9.30 saímos para ir a Caxito visitar o Com. Operacional nº 3. Fomos ao Caxito, à Sassa onde está o PC do Oliveira Rodrigues e à Fazenda Tentativa onde está o PC do Peixoto da Silva. [...]”

2 Julho, Dom. “Às 10 horas houve cerimónia de Juramento de Bandeira no RIL<sup>150</sup> [...] Estive a agradecer bilhetes de felicitações que a Maria Helena<sup>151</sup> me enviou pelo Ten.Cel. Hermes<sup>152</sup>.”

3 Julho, 2ª Fª “Ao meio dia 1ª reunião do Conselho do Governo a que pertenco como Comandante Militar. [...]”

4 Julho, 3ª Fª “Dia Nacional da América: cocktail no Consulado. [...]”

5 Julho, 4ª Fª “Às 10 horas reunião no Palácio do Governo com a Comissão de Defesa de Luanda.”

6 Julho, 5ª Fª “Ida a Salazar empossar o Comando Operacional nº 1 Cel. Marreiros<sup>153</sup> [...] numa *Dresine*<sup>154</sup> [...] Almoçámos no Palácio do Governo com o major Sebastião<sup>155</sup> e esposa, com o T.Cel. Bandeira de Lima<sup>156</sup>, governador de Malange [etc. ...]”

7 Julho, 6ª Fª “ [...] Às 11.00H chegou o *Vera Cruz* com 2 Comandos de Batalhão e 7 Companhias. Revista e desfile. [...] Às 17.00 visita ao *Príncipe Perfeito*, recebido pelo Dr. Correia de Barros<sup>157</sup>. [...] Directiva criando o ‘Campo Militar do Grafanil’<sup>158</sup>. Visita às 23.00 H ao Grafanil e Hospital.”

8 Julho, Sáb. “Inauguração da Rádio-Naval às 11 horas. Corte de cabelo. Chegada do General Araújo, às 16 horas, com o Macedo e o Carneiro Pacheco<sup>159</sup>. Jantar em casa [...] Ida à noite aos muceques e volta à cidade.”

10 Julho, 2ª Fª “ [...] Visita de sobas a pedir a manutenção Maçanita nos Dembos.”

11 Julho, 3ª Fª “Faz cacimbo e estreei hoje o blusão. [...] Tarde, visita ao Grafanil Bat.

Leitão Marques<sup>160</sup>. 1ª Reunião dos Serviços.”

12 Julho, 4ª Fª “Ida a Maquela do Zombo com Gal. Araújo, Governador e Resende. Chegada ao meio-dia, visita à 5ª CCInd. do Cap. Graciano Henriques. [...] Reunião com Cel. Santos Paiva e T.Cel. Salvador Pinheiro<sup>161</sup>: anúncio de 3 Bat. de reforço e remodelação do dispositivo com brancos por faltas (?)”

13 Julho, 5ª Fª “Anúncio da ‘Operação Bengo’.”

14 Julho, 6ª Fª “Ida a Negage. [...] Falei Cel. Santos Paiva sobre problemas do seu Comando.”

16 Julho, Dom. “ [...] A acção da Ponte do Lifune fez 6 mortos e 11 feridos. [...]”

17 Julho, 2ª Fª “Funeral às 10.30H dos soldados mortos na acção a norte do Rio Lifune do Bat. 114 [...]”

18 Julho, 3ª Fª “Ida pela 1ª vez no PV2 voar sobre a região de Quicabo e Nambuango. As Companhias 116 e 117 na Sana e a 115 na ponte. [...]”

19 Julho, 4ª Fª “Saída às 7.30 de carro; ida ao Caxito e Mabubas falar com o Peixoto e Henriques da Silva<sup>162</sup>. Saída para Lisboa do Gal. Cabrita. O Bat. Oliveira Rodrigues ficou a 5 kms. de Quicabo. Reunião às 18.00 com Secretários Provinciais Pimentel e Ferreira da Silva, para tratar das estradas, desmatção, etc.”

20 Julho, 5ª Fª “Visita ao Batalhão Lomelino<sup>163</sup> no Seminário [...] Quicabo foi ocupada pelo Bat. Oliveira Rodrigues.”

21 Julho, 6ª Fª “ [...] Foi dada a notícia oficial da tomada de Quicabo.”

22 Julho, Sáb. “Ida pela 1ª vez ao *Miramar*<sup>164</sup> ver ‘O Mundo nos seus Braços’”.

23 Julho, Dom. “Ida à Barra do Quanza, 86 kms. [...] Escolta do Ten. Cabeleira Filipe. Filmagens.”

24 Julho, 2ª Fª “Ida à Muxima. [...]”

25 Julho, 3ª Fª “Anúncio da chegada do Ministro<sup>165</sup> amanhã.”

26 Julho, 4ª Fª “Chegada do Ministro do Exército às 14 horas. Guarda de honra. [...] Jantar em casa com convite ao Otero<sup>166</sup>, Marques e Pinheiro. [...] À noite passeio pelos muceques.”

27 Julho, 5ª Fª “Vôo em PV2 pilotado pelo T.Cel. Neto<sup>167</sup> com o ministro. Missão de bombardeamento e metralhamento de sanzalas. Observação do Bat. Maçanita no Muendo, do Bat. Oliveira Rodrigues no Quicoche e Esq. 149 no Quibumbe<sup>168</sup>.”

28 Julho, 6ª Fª “ [...] Ida à Úcua - 1.10H/65 Kms. Desastre do *Mercedes*. Revista aos batalhões Cid<sup>169</sup>, Pessanha<sup>170</sup> e Bento<sup>171</sup>. [...]”

31 Julho, 2ª Fª “Ida a Cabinda e Lândana. [...]”

1 Agosto, 3ª Fª “De manhã o Governador Geral falou na necessidade de actuar na região do Catete.”

2 Agosto, 4ª Fª “ [...] Neste dia o ministro ficou na Damba e veio à tarde para Luanda onde foi visitar o RIL. Eu estive em Sassa com o Oliveira Rodrigues, 114, e Leitão Marques.”

3 Agosto, 5ª Fª “Ida a Salazar, Lucala e Malange. Saída em automotora às 6.50 e vinda de avião *NordAtlas* de Malange a Luanda em 1 hora e 5 minutos [...]”

4 Agosto, 6ª Fª “Ida a Ambrizete<sup>172</sup> na *Pêro Escobar*<sup>173</sup>. [...] Visita ao Com. Sec. 4 [...] O Ten. Cabeleira Filipe foi ferido com (?) no dia em que lhe nasceu a 1ª filha.”

5 Agosto, Sáb. “ [...] Passei o sábado com o maldito Expediente.”

6 Agosto, Dom. “Faz hoje 2 meses que desembarcámos em Angola. Morreu às 7.20H o

Ten. Cav<sup>a</sup> Cabeleira Filipe<sup>174</sup>. [...]"

7 Agosto, 2<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Cerimónia da condecoração dos homens da (?), Úcuca e (?) do B.Caç.88<sup>175</sup>. Funeral do Ten. Filipe. [...] O Bat. 114 teve mais 3 mortos em Quissala; o Maçanita atingiu Muxuluango; e Comp<sup>a</sup> Cav. 149<sup>176</sup> está em Zala."

9 Agosto, 4<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "[...] Chega a grata notícia de que o Batalhão Maçanita atingiu o célebre Nambuanguongo hoje às 16,45. 'Derrubada uma pedra importante da acção inimiga'."

10 Agosto, 5<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Visita oficial ao R.I.L das 9.30 às 12.30. A Comp<sup>a</sup> de Caval<sup>a</sup> n<sup>o</sup> 149 do Comando do Capitão Abrantes chegou esta manhã ao Nambuanguongo. Reunião no Palácio com o governador. Decidida acção *pára* sobre Quipedro; convite para assistir ao lançamento. Reunião com Com. Sec. 3 para acelerar (?) 2<sup>a</sup> fase da manobra."

11 Agosto, 6<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Acção paraquedista s/ 'Quipedro'. 9.55 - Descolagem. Avião DC4<sup>177</sup> Piloto Humberto Delgado<sup>178</sup>. 10.55 - Ainda não se reconheceu Nambuanguongo. [...] 11.55 - Há 2 horas que andamos no ar. Continuamos à procura de Nambuanguongo. [...] 12.30 - 1<sup>o</sup> lançamento *pára*; 12.45 - 2<sup>o</sup> lançamento *pára*; 13.00 - 3<sup>o</sup> lançamento *pára* [...] 13.45 - Aterragem em Luanda. Conclusão: operação difícil, complicada por métodos de navegação primitivos."

12 Agosto, Sáb. "'Mandimba'<sup>179</sup> foi ocupada pelas forças da 8<sup>a</sup> CCE saída de S. Salvador. [...] Semana verdadeiramente em cheio: Nambuanguongo em 9, Quipedro em 11, Mandimba em 12. Quando se for à Serra da Canda teremos cumprido com os objectivos da Directiva n<sup>o</sup> 1 emitida em 16 de Junho, dez dias depois de aqui chegar."

13 Agosto, Dom. "[...] Elaboração em casa da Directiva n<sup>o</sup> 3. [...]"

14 Agosto, 2<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "De manhã, recepção no QG do Curso de Aspirantes da EN<sup>180</sup> a quem, na Sala de Operações, foi feito um briefing sobre a situação militar em curso pelo major Mota de Oliveira<sup>181</sup>. O Director da PIDE Cel. Homero de Matos e o Sub-Director Poser (?) Duarte vieram ao gabinete dar-me a conhecer aspectos vários do clima político interno e externo na Metrópole e Angola. Recebi a visita do Cónego Rodrigues<sup>182</sup> que vem estudar a reorganização do Serviço Religioso. Reunião dos Com. Sector que vêm receber a Directiva n<sup>o</sup> 3. [...]"

15 Agosto, 3<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Aniversário da Restauração de Angola. [...] Fim oficial da estação do cacimbo. Já hoje faz calor, na realidade. [...]"

16 Agosto, 4<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Visita ao Bat. Eng<sup>a</sup> e ao Esquadrão de Dragões<sup>183</sup>."

20 Agosto, Dom. "[...] Visita ao Grafanil e Quartel da PM. Passei a noite com uma grande insónia, derivado de ter tomado um Softerim (?) na véspera."

21 Agosto, 2<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Chegada dos Batalhões de Caçadores Especiais dos Ten.Ceis. Prego<sup>184</sup>, Neves Santos<sup>185</sup> e Castanha<sup>186</sup> no *Vera Cruz*. [...] Visita do General Chagas<sup>187</sup>."

24 Agosto, 5<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "Visita matinal às obras de instalação dos Serviços de Saúde, Intendência e Religioso. Tudo vai andando e julgo que vão ficar bastante bem instalados. [...]"

26 Agosto, Sáb. "[...] Reunião para soldados no RIL com assistência do jornalista brasileiro do *Cruzeiro*."

27 Agosto, Dom. "Ida pela manhã a Catete. Revista à Comp<sup>a</sup> de Praças C. n<sup>o</sup> 11 de Nova Lisboa, comte. Cap. Mendes. Fica, assim, completada, a política de aproveitamento do pessoal M. da Província: 1 Comp<sup>a</sup> em Camabatela; 1 Comp<sup>a</sup> em Catete; e 1 Esq.ão de Dragões em Sassa. [...]"

28 Agosto, 2<sup>a</sup> F<sup>a</sup> "[...] A operação 'Auta' na Serra da Canda está terminada na sua



primeira fase: junção das colunas do Bat. 141 do T.Cel. Carvalho com a C. *Pára* do Cap. Almendra. Com a chegada do BC96 a Nambuangongo em 9, largada dos *Pára* em Quipedro em 11, a Serra da Canda em 27, podemos considerar o mês de Agosto bem passado.”

30 Agosto, 4ª Fª “Escrevi Santos Paiva preocupado com a ocupação do Nordeste da Província. Passei a tarde a escrever correspondência atrasada. Escrevi 15 cartas mas ficou praticamente tudo em dia. A acção do T.Cor. Prego na Cassanaca saldou-se por 1 morto e 4 feridos. Sempre o 1º tiro!”

31 Agosto, 5ª Fª “ [...] Foi posto em serviço um *Mercedes 180D* para o Comandante da Região, com os extras que pedi: faróis de nevoeiro, [...]”

1 Setembro, 6ª Fª “Maria Helena chegou óptima no *Príncipe Perfeito* em alegre camaradagem com a mulher e filhos do Moura dos Santos, do Marques e do Josefeth<sup>188</sup>. O barco atracou cerca das 8 horas e às 9 horas punha o pé em terra. Almoçámos todos no ‘Restaurante’ da Ilha.”

2 Setembro, Sáb. “Fazemos 28 anos de casados. Tivemos sorte em poder passar este dia juntos. Fomos jantar ao *Continental*.”

3 Setembro, Dom. “ [...] Tomada de Icoça<sup>189</sup> pelo B.Caç.92; telegrama de felicitações.”

4 Setembro, 2ª Fª “Chegada do Batalhão Nave<sup>190</sup>, vindo no *Quanza*<sup>191</sup>. Revista e Desfile. Reunião com os Ten.Ceis. Marreiros e Cid, para decisões relativas à criação do Comando de Sector de Malange<sup>192</sup>. [...] Ideia minha de criar em Luanda uma ‘Igreja Militar’ vai em marcha. [...]”

5 Setembro, 3ª Fª “ [...] Visita de cumprimentos do Dr. Braga da Cruz. Reitor da Universidade de Coimbra. [...]”

6 Setembro, 4ª Fª “ [...] Primeira reunião da ‘Comissão para a reocupação do território’ [...]. Faz 3 meses que desembarcámos em Luanda. Quantas e quantas coisas se não têm passado neste tempo.”

7 Setembro, 5ª Fª “Ida com o Brigº Resende, Martins de Carvalho, da CUF, major inglês do IS e Santos Paiva ao Mavoio, PC do Ten.Cel. Carvalho<sup>193</sup>, Comte. do B.Caç. 141. Visita à Base Aérea de Luanda com o Cel. Mera<sup>194</sup> seu comandante. Chegada ao Negage, partida para Maquela no *NordAtlas* do major Krus<sup>195</sup>, com a rádio bússula avariada. Chegada atrapalhada. Ida em *jeep* ao Mavoio [...]”

11 Setembro, 2ª Fª “De Lisboa - SGDN<sup>196</sup> - insurgem-se contra a ‘impressionante’ demora das operações de Nambuangongo. Comunicação da ocupação de Massau, Béu e Boa Esperança.”

12 Setembro, 3ª Fª “Realização de uma rusga bem feita a um muceque com a prisão de 10 suspeitos, sendo 2 graves.”

13 Setembro, 4ª Fª “Ida a Cassumera (?), Catete e Viana com o Ten.Cel. Carvalho da Silva<sup>197</sup>. Recebido um telegrama do SGDN constituindo uma censura às operações militares e ao seu comando (?), censura dada a conhecer propositadamente à Presidência do Conselho; Min.ºs do Ultramar e Estrangeiros; EM do Ex., FA e Naval e Gab. Mº Ex.º. Em virtude do telegrama acima pedi uma audiência ao Governador e estou na firme disposição de meter o papel para me ir embora. [...]”

14 Setembro, 5ª Fª “Apresentei ao Governador o meu desgosto e estranheza pela divulgação dada pelo SGDN à sua nota e puz-lhe o meu lugar à sua disposição<sup>198</sup>. Respondeu não ser caso disso, estar igualmente muito incomodado com o sucedido e

estar na disposição de responder em conformidade. Começou a acção na Pedra Verde com 2 mortos e 2 feridos. [...] A tomada de Béu foi feita debaixo de chuva e trovoadas.”

16 Setembro, Sáb. “Recebi o adido militar francês em visita oficial a Angola. [...]”

17 Setembro, Dom. “Tirei um dente às 10 H, em casa, pelo Dr. Figueira. [...] Às 17.30 Paraquedistas provocaram desmandos na *Versailles*<sup>199</sup>, mataram um polícia, lançaram uma granada de mão defensiva e cortaram a perna de 1 furriel e feriram outro.”

18 Setembro, 2ª Fª “A Pedra Verde está em curso. Foi nomeado o T.Cel. Carvalho da Silva para levantar auto de corpo de delito aos distúrbios dos paraquedistas. O Sr. H.<sup>200</sup> despenhou-se num avião da ONU quando ia de Ndola (?) conferenciar com Tschombé.”

19 Setembro, 3ª Fª “Ida ao Toto com os Bombeiros Vilardebó<sup>201</sup> e Resende. No Campo estavam o Cel. Santos Paiva e o T.Cel. Soares de Moura<sup>202</sup>. Fomos visitar o Quartel do Toto onde está a CCE<sup>203</sup> do Capitão Ceia Ramos. Almoçámos na Base e regressámos a Luanda num *NordAtlas*. Ficou combinado que a Companhia de Paraquedistas do Cap. Simões vá para o Bembe. Abriu a Assembleia Geral da ONU, termo marcado para o final da ocupação.”

20 Setembro, 4ª Fª “Reunião de manhã com o Cel. Peixoto da Silva que esteve a dar detalhes da operação na Pedra Verde e do Plano Turbilhão.”

21 Setembro, 5ª Fª “Ida ao ‘Grafanil’ ver a CCE do Teixeira de Morais transformada com 1 pelotão de batedores. Ministro do Exº enviou telegrama pedindo esclarecimentos sobre a desordem de domingo. Enviei telegrama explicando tudo.”

22 Setembro, 6ª Fª “‘Cuango’ foi ocupada. É o último posto administrativo a ser alcançado através de numerosas dificuldades sobre a fronteira do Rio Cuango. Podemos considerar terminada a fase de ocupação e quadrícula e estamos à porta do Inverno e da abertura das Nações Unidas. O Comando Naval procedeu à cerimónia de armamento das lanchas *Espiga*<sup>204</sup>, etc. [...]”

25 Setembro, 2ª Fª “ [...] Recebi a missão do EM de Moçambique.”

26 Setembro, 3ª Fª “Parti para uma visita aos PC dos Batalhões do Com. Sector 2, acompanhado pela missão da 4ª RM, chefiada pelo Câmara<sup>205</sup>. Chegada ao Negage; visita ao Com. Sec. 2; ida a Sanza Pombo ver o Pinto Coelho; saída para a Damba - Neves dos Santos, e visita a sanzalas. Partida para Maquela. Guarda de honra e briefing de noite no BC88. Jantar na Pensão em Maquela e dormida na casa do administrador. Chuva e trovoadas durante a noite.”

27 Setembro, 4ª Fª “Alvorada às 6. Saída para o Mavoio às 7. Saída às 8. Pequeno almoço nas Minas c/ o Engº Vasconcelos. Briefing com o Carvalho sobre a acção da Canda. Saída de Maquela, chegada a S. Salvador às 11 horas; visita à cidade com o governador<sup>206</sup>, almoço no quartel do BC156 Albuquerque, briefing. Saída por Madinda, Lucunga, Mucaba e Carmona<sup>207</sup>. Recepção governador, briefing no BC3 com o Freitas<sup>208</sup> e Armindo, cocktail no Palácio. Santos Paiva foi num *Dornier* para o Negage e nós regressámos pela noite.”

28 Setembro, 5ª Fª “Ida com a missão à Fazenda Tentativa e com o João Carlos. Chegada às 9.00; briefing e visita às actividades do Mendonça. Ida ao Quicabo, PC BC114 ver a estrada, a ponte e o PC. Briefing. Regresso pelo mesmo itinerário; falso alarme de emboscada, a meio caminho.”

29 Setembro, 6ª Fª “Dia de anos. Aqui vim fazer os 54, acontecimento nada esperado. Saí

de manhã com a missão da 4ª RM no *Dakota*<sup>209</sup> do Viegas<sup>210</sup> para Ambrizete onde chegámos às 9.00. [...] Regresso por Quimbumbe, Zala, Nambuanguo e Quicabo. Gentil oferta da missão de Moçambique. Jantar no *Continental* e ida à *boite* com Marques e Moura dos Santos.”

30 Setembro, Sáb. “Estamos no fim do mês de Setembro, quatro meses depois de aqui chegarmos. Assisti hoje de manhã à primeira chuvada, de dia, em Luanda [...] Chega hoje, no *Angola*, o Ten.Cel. Ascensão<sup>211</sup> [...]”

3 Outubro, 3ª Fª “Despacho do ‘Governo Geral’ mandando julgar os 14 presos políticos em Vila Luso, que estão na Casa de Reclusão. [...] Acabo de receber na presença dos oficiais do EM umas lembranças do pessoal da 1ª Repartição do EME - um pergaminho, um galhardete do carro, uma placa de prata - transmitidas pelo Ascensão.”

4 Outubro, 4ª Fª “Reunião com os Comtes de Sector. ‘Operação Ponte’ marcada para o dia 15, até ao fim do mês. [...] Falso alarme de que um paiol do Grafanil tinha rebentado.”

5 Outubro, 5ª Fª “Dia feriado. Ando constipado a tratar-me com comprimidos de Cafiaspirina. Houve à tarde uma corrida de automóveis: Circuito da Fortaleza<sup>212</sup>. Resolvi voltar para casa.”

6 Outubro, 6ª Fª “O Dr. Figueiredo veio ver-me e achou-me com uma tensão arterial mínima de 10,5 um pouco elevada. Quanto à constipação a coisa não tem importância. Recebi a Embaixada de Angola que vai ao Brasil jogar Hockey em patins. Visitei hoje as barracas do Hospital, a PM, o Grafanil, a Maianga, etc. [...] Faz hoje exactamente 4 meses que aqui chegámos.”

7 Outubro, Sáb. “Recebi hoje cerca 11.600\$00 correspondente a 4 meses de subvenção de campanha, atrasados.”

9 Outubro, 2ª Fª “Preparação da viagem à ZIL [Leste]<sup>213</sup>.”

10 Outubro, 3ª Fª “Saída em *Dakota* da DTA, sobrevôo de Salazar uma hora depois, chegada a Malange à 9.30 e a Henrique de Carvalho às 11.40. [...]”

11 Outubro, 4ª Fª “Mata-bicho no Palácio, visita ao Hospital e saída em automóvel para Veríssimo Sarmento. [...] Chegada ao Dundo. [...]”

12 Outubro, 5ª Fª “Alvorada às 4 horas. (...) Visita às Minas (...) Regresso a 140 Km, a Portugália, *Beechcraft*<sup>214</sup> às 14.30 horas, chegada ao Luso<sup>215</sup> às 16.00. [...]”

13 Outubro, 6ª Fª “Mata bicho. [...] Partida às 9.00, sobrevôo de Cuenga, General Machado, Nova Sintra. Chegada a Silva Porto<sup>216</sup>. [...] Saída para Nova Lisboa<sup>217</sup>. Guarda de honra com salvas de artilharia. [...]”

14 Outubro, Sáb. “ [...] Pequeno almoço e visita ao RINL e à EAMA<sup>218</sup>. [...] Notícia da morte do Ten. Cel. Lomelino, apanhado pela hélice dum *DO27* no Colonato do Vale do Loge. [...]”

15 Outubro, Dom. “[...] Visita ao Hospital Central e à barragem do Cuango. [...] Chegada do *NordAtlas* às 17.30 e chegada a Luanda às 19.15H. Bela viagem, cheia de ensinamentos.

16 Outubro, 2ª Fª “Cinco minutos de recolhimento ante a urna do pobre Lomelino. Arrumar expediente atrasado.”

19 Outubro, 5ª Fª “Visita General Mira Delgado<sup>219</sup>. [...]”

20 Outubro, 6ª Fª “Visita do Padre Braula Reis<sup>220</sup> e do Dr. Abranches Pinto. [...]”

21 Outubro, Sáb. “Visita a Ambriz, PC de Comando do Bat.158 do Ten.Cel. Leitão Marques. Saída às 8.00 com o Cap. Beça e uma escolta dos Dragões. [...] Conversa na

Tentativa com António Sousa Lara.”

23 Outubro, 2ª Fª “Chega o Ministro do Ultramar<sup>221</sup>. [...] Grande cortejo e manifestação.”

25 Outubro, 4ª Fª “Almoço à Marta e Leonor Pina<sup>222</sup>. [...]”

26 Outubro, 5ª Fª “Visita do Coronel Sul-Americano. [...]”

27 Outubro, 6ª Fª “Visita do Comte. do navio brasileiro *Custódio de Melo*<sup>223</sup> com 180 aspirantes. ‘Pôr do Sol’ a bordo da fragata *Diogo Gomes*<sup>224</sup>. Reunião com o EM para estudar a nova situação do IN, à luz dos nossos indícios e da situação das NT. [...] 1 alf. mil. médico e 1 cabo desapareceram em Maquela.”

28 Outubro, Sáb. “ [...] Recebi o Dr. Guimarães da ‘Diamang’ [...] Visita do Mº do Ultramar ao QG: apresentação oficiais do EM e visita à Sala de Operações. Mº disse: É com humildade que presto homenagem às Forças Armadas.”

29 Outubro, Dom. “Partida do ministro do Ultramar, às 9.30; à despedida, disse: ‘Muito obrigado, Sr. General. Tem sido um belo trabalho. Continue.’ [...]”

31 Outubro, 3ª Fª “Temos Outubro quase a acabar. De manhã recebi uma Comissão da Cruz Vermelha para tratar do Natal do Soldado, incluindo a Maria Helena. Recebi o Sub-Director da PIDE; o T.Cel. Magalhães Correia; T.Cel. Zúquete das OGF<sup>225</sup>. Trabalho na Sala de Operações: a) major Ventura (?), oficial de ligação da 3ª Rep., operação Tornado; b) major Salavessa (?), of. lig. 2ª Rep. - entrega nativos em Carmona; Cap. Altinino, comte. da C.Art.106, em Catete [...]”

1 Novembro, 4ª Fª “Primeiro de Novembro; [...]. Chegou o *Vera Cruz*, com 3 batalhões, que foram todos para o Grafanil [...] Hoje é feriado mas vim trabalhar para o QG até à noite.”

3 Novembro, 6ª Fª “[...] Estudei, com o Ten.Cel. Seabra<sup>226</sup>, o plano de aquartelamento do ‘Alto da Maianga’. [...] Jantar em casa Salema: Ascensão, Gabriela Moutinho e Comte. Cardoso<sup>227</sup> (12 pessoas)”

5 Novembro, Dom. “ [...] Passámos o dia na Fazenda Alice - Icao [...] À noite telefonámos para Lisboa - 4 minutos - tendo falado com os filhos. Estive a assinar propostas orçamentais para o T.Cel. Reis (?) levar para Lisboa. Há notícias de concentração de tropas belgas junto a Maquela. [...]”

6 Novembro, 2ª Fª “Faz hoje precisamente 5 meses que chegámos à província. [...] Foram promovidos a Brigº o Bettencourt<sup>228</sup> e o António Santos<sup>229</sup>. [...]”

7 Novembro, 3ª Fª “Reunião de Comandantes de sector: de manhã das 10 às 13; de tarde das 15 às 18.”

[Em 8 e 9 de Novembro, a agenda ficou em branco. Visita de inspecção à zona Sul de Angola, nomeadamente às unidades sediadas em Sá da Bandeira<sup>230</sup>. A 10 de Novembro, 6ª Fª, deu-se o desastre de avião, no Chitado, junto ao rio Cunene.]

12 Novembro, Domingo. Escrito antecipadamente: “Dia de eleições.”

Com efeito, na 6ª feira, dia 10, despenhou-se o *Dakota* onde o General Freire e boa parte do seu Estado-Maior (18 pessoas no total, todas mortas) faziam inspecção aérea junto à fronteira Sul, no Chitado.

Foi um drama público. Todos os jornais saíram com “*manchettes*” dedicadas ao caso. Em Luanda, fizeram-se funerais com grande aparato militar e enorme dor das viúvas dos

falecidos. Uma delas suicidou-se. O seu regresso, agrupadas, em avião da Força Aérea, foi marcado por cenas de grande intensidade emocional, em Figo Maduro. Aos oito dias do desastre, o governo realizou solenes exéquias, nos Jerónimos a transbordar de gente e de autoridades, num clima de tragédia nacional. Os corpos, em urnas de chumbo, só chegaram dois meses depois, discretamente, e o de Carlos Freire foi para jazigo de família. Um ano depois, o General Holbeche Fino, que o substituiu em Angola, inaugurou um monumento no local da queda do avião.

O relatório técnico instruído pela Força Aérea<sup>231</sup> concluiu por “erro do piloto” e “voo demasiado baixo”.

Meses depois, a família próxima (mulher, filhos e irmãos) foi ao palácio de Belém receber as insígnias do Grau de Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, com que o General Freire fora postumamente agraciado. Com o restante espólio honorífico, estão hoje em exposição no Museu Militar, em Lisboa<sup>232</sup>.

Na fundamentação desta condecoração estão os termos do louvor recebido, do Governador-geral Deslandes<sup>233</sup>, logo após a morte. São termos muito honrosos, e mesmo emocionantes, para quem viveu tais circunstancialismos. Como honrosíssima é aquela mercê honorífica, não fora o contexto político que, posteriormente, terá levado (como noutras épocas, refira-se) a alguma desvalorização por uma sua atribuição menos criteriosa.

Quanto à historiografia contemporânea, essa tem ignorado totalmente a personagem<sup>234</sup>.

Mas, mais do que qualquer outra homenagem, parecem-me certas e justas as palavras que o Oficial Aviador Amadeu Ferreira publicou, como cronista, na *Revista Militar*<sup>235</sup> que transcrevo a seguir:

## **CRÓNICA DE AERONÁUTICA**

Luanda, Dezembro de 1961

O leitor não notou decerto a falta destas Crónicas que mensalmente, ou pelo menos de 2 em 2 meses, ocupavam algumas páginas da nossa Revista. [...]

Vou hoje reatar o monólogo fugindo um pouco ao critério estabelecido na elaboração das Crónicas, por razões que o leitor bem compreenderá.

Está na memória de todos o acidente de aviação de Chitado, que enlutou o País e representou para as Forças Armadas de Angola um golpe que dificilmente cicatrizará.

Recordo ainda o retinir no cérebro do primeiro choque da notícia brutal e inesperada, depois a esperança de que não se confirme, o aguardar de um desmentido em que se não

crê e por fim a aceitação resignada da tragédia que nos atinge. É sempre assim, leitor. Dúzia e meia de anos conseguem dar uma certa adaptação a estes encontrões que o destino nos atira de surpresa, mas é impossível evitar o estremecimento inicial que nos percorre o corpo.

[...] O leitor me desculpará de não lhe oferecer uma Crónica, alegre e suave como um conto de Natal, mas às vezes não se pode, leitor, às vezes não se podem oferecer Crónicas suaves como contos de Natal...

Todos que me lerem, ou quase todos, terão conhecido o General Silva Freire. Eu também o conheci, primeiro como Professor e depois como Camarada mais velho e colega no Instituto de A. E. Militares. Ou melhor, eu julgava conhecê-lo, e o mesmo acontecerá com muitos... julgavam conhecer o General Silva Freire. De facto, sei hoje que não o conhecia.

Aqui não tinha por funções de cargo necessidade de trabalhar intimamente com o Comandante da 3ª Região Militar. Mas eu vi o General Silva Freire no meio do seu Estado-Maior, eu vi o General Silva Freire com os inferiores, vi-o ante os superiores e a par dos seus iguais. Vi-o calmo e lúcido no meio da confusão, vi-o realista ante a utopia, vi-o sofrer com a morte do mais humilde dos seus soldados e é por isso, leitor, que afirmo só agora conhecer o General Silva Freire.

Ele era, na sua esfera de acção, o tirante que contraventa uma obra, a camada solidamente estratificada que absorve e resiste aos movimentos desencontrados. A realidade com que via as situações... Recordo: "É com esta gente, com estes defeitos e estas qualidades, que havemos de ganhar ou de perder", respondia às observações acerca de defeitos genéricos do pessoal que ninguém podia emendar.

Em contacto com as duras realidades da campanha, o General Silva Freire humanizou-se, pelo menos humanizou-se-lhe a aparência dura que ostentava e que os que mais bem o conheciam afirmam ser aparente, que não vinha de dentro.

Passando das simples guerras de tema que não fazem mortos nem implicam sangue, para as realidades duma campanha dura a muitos títulos, de situações difíceis, influenciada por factores de apreciação quase impossível, o General Silva Freire soube humanizar as suas decisões, compreendeu e sentiu com o mais anónimo dos seus soldados os receios próprios de um meio estranho, as dúvidas sobre um inimigo primitivo e ardiloso, a tortura das distâncias, as dificuldades do terreno e duma actuação nem sempre canónica.

Considero a capacidade para sofrer com as dores alheias sem as presenciar, pela via intelectual que não pelo sentimento, digamos, uma das qualidades mais características duma personalidade de excepção. Pois essa capacidade possuiu-a, e em alto grau, o General Silva Freire.

Pessoalmente nada devia ao General Silva Freire e por isso as minhas palavras não representam o pagamento de qualquer dívida. De resto, fraca moeda seria esta para pagar a revelação do lado humano da sua personalidade que tão profundamente

impressionou o antigo aluno, habituado à máscara dura, rude, agreste dum Professor temido.

O General Silva Freire não precisa dos meus encómios para aumentar a sua glória; não era essa a finalidade a que me propus, nem este o local adequado. Mas o mínimo que dele posso dizer é que não viveu debalde. Fica com cada um de nós a lição do seu exemplo e a certeza de que no mundo de luz a que ascendeu repousa mais um grande Chefe e um verdadeiro homem.

Perdoe-me o leitor mas agora compreenderá porque neste Dezembro tórrido que me envolve lhe não posso oferecer uma Crónica alegre, mansa, suave como um conto de Natal...

No total, em três décadas de carreira como Oficial, Carlos Silva Freire arrecadou qualquer coisa como 32 louvores e 19 condecorações. Que valor se pode atribuir a estes reconhecimentos? A documentação historiograficamente escrutinada mostra que era frequente conceder-se um louvor após o desempenho de uma missão (de comando, ou de ordem técnica) apenas regularmente cumprida. Os termos empregues devem também ser descontados a crédito do estilo gongórico da época e da rudeza do meio castrense, mas, à vista de comparações futuras, as condecorações mais valorizadas seriam então atribuídas com alguma parcimónia. Neste caso, a repetição e insistência em certos plúmitivos poderá talvez significar o reconhecimento de que Carlos Silva Freire se situaria, realmente, *entre os melhores* e que tal opinião recolheria um consenso bastante alargado, no ajuizamento de superiores, iguais e subordinados.

Dentro dos seus padrões ideológico-castrenses, Carlos Freire ter-se-á empenhado, a fundo, nas sucessivas tarefas e missões que lhe foram confiadas. Era certamente militar e patriota, mas também revelava preferências e simpatias estrangeiras. Quais? Segundo a apreciação retrospectiva que é possível fazer, ele apreciava o rigor, a disciplina e capacidade de trabalho dos alemães, mas também a combatividade e o *panache* dos ingleses<sup>236</sup>. Por exemplo, ao assistir à projecção do filme *A Ponte do Rio Kway*, irritou-se com os risos da assistência, quando os soldados britânicos, prisioneiros e completamente esgotados, ainda pretendiam dar uma lição de dignidade aos seus carcereiros japoneses. Depois de dois anos de íntimo convívio com os do seu meio em Paris, voltou rendido à racionalidade cartesiana do pensamento e à cultura dos franceses<sup>237</sup>. E, já na última parte do seu percurso, aderiu sem reservas à “modernização NATO”, sem no entanto alguma vez ter sido visto como um “pró-americano”<sup>238</sup>. Seria isto contraditório, ou revelador de dificuldade ou hesitação perante as escolhas? Tudo indica que não. E seu irmão, que o conhecia bem, formou a convicção de que ele “se interessava verdadeiramente pelo melhor de cada sistema”.

Em cerca de trinta e seis anos de vida militar, Carlos Silva Freire passou quinze anos a frequentar cursos formais<sup>239</sup>, com aulas, matérias a apreender, exames e classificações - que para alguns eram negativas, mas nas quais ele se situou sempre entre os primeiros.

Passou também outros quinze anos como professor de oficiais, preparando as matérias, expondo-as, avaliando os alunos e atribuindo classificações. Quase poderia dizer-se que se tratou de uma “carreira académica”.

No entanto, teve, na sua base, um septénio de oficial de guarnição, dedicado à aplicação das técnicas de engenharia militar de então, que completou com o comando de um regimento da mesma arma, já ao aproximar dos cinquenta anos de idade. Foi esta a sua curta vida de caserna.

No restante, a maior parte das décadas de 40 e 50 foi passada, cumulativamente à função professoral, a desempenhar funções no Estado-Maior do Exército: funções de estudo, concepção, normatização e planeamento, primeiro; e funções de decisão superior, depois, ao mais elevado nível do alto comando militar.

Finalmente, quatro momentos parecem decisivos na caracterização desta história pessoal: o choque emocional de ter presenciado o início da guerra civil espanhola; a visita à frente de guerra na Rússia e o ferimento aí sofrido; a viagem a Goa, a inspeccionar o dispositivo de defesa montado contra uma invasão do vizinho industânico; e, finalmente, o comando superior de tropas em campanha em Angola que, se do ponto de vista militar foi um sucesso na reocupação e controlo do território após o sangrento início da luta armada independentista, não evitou uma guerra prolongada, porque assim o decidiram os responsáveis políticos do país.

Nesses acontecimentos trágicos, ali deixou a vida, aos cinquenta e quatro anos, quando ainda se podiam esperar dele realizações importantes, quem sabe até se decisivas para a colectividade nacional e os povos a ela então ligados!<sup>240</sup> Mas, também é verdade que a deixou da maneira mais honrosa que ele próprio podia conceber, no seu quadro de valores e na sua época: terá sido o único caso de um general português morto em serviço, no comando de tropas em campanha, durante o Século XX<sup>241</sup>.

Na evocação da memória do General Freire, gostaria de associar os cerca de dez mil militares que pereceram nestas últimas guerras do Império, e cujos nomes estão hoje inscritos, dignamente, nas paredes de mármore do forte do Bom Sucesso.

---

\* Texto adaptado do capítulo 2 do livro do autor *Pessoa Comum no seu Tempo: Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do Século XX*, a publicar pelas Edições Afrontamento em 2007.

\*\* Sociólogo. Professor catedrático aposentado do ISCTE. Antigo Oficial da Armada. Filho do biografado.

---

1 A 29 de Setembro (dia de S. Miguel, e daí o seu segundo nome próprio: Carlos Miguel



Lopes da Silva Freire), na freguesia dos Anjos, em Lisboa. Filho primogénito de José Maria Freire (natural de Vila Nova de Ourém) e de Palmira da Conceição Lopes da Silva Freire (natural de Lisboa), que então viviam na Rua Angelina Vidal.

2 Documento existente em arquivo do autor.

3 Um atestado médico do director do Hospital de S. José, reconhecido notarialmente, certifica que o Carlos Freire “é bastante robusto, não sofre de moléstia contagiosa e foi revacinado pelo signatário no dia 14 do presente mês de Setembro de 1917” (documento original em arquivo do autor).

4 Estes números de matrícula, funcionavam como uma forte ligação simbólica pessoal dos “ex-alunos” aos seus “sucessores” (da detenção do número), actuais ou sucessivos alunos da instituição. Neste caso isso ocorreu com seu irmão José Lopes da Silva Freire e com seus filhos Fernando José e João Carlos de Oliveira Moreira Freire.

5 Mesmo para um adolescente como era então o autor deste texto.

6 Nº 10, de 5 de Abril de 1924.

7 Em arquivo do autor.

8 Tal como nos soldados, os alunos conheciam-se e designavam-se sobretudo através dos seus números, definitivos para todo o percurso colegial.

9 Este, veio a morrer nas mesmas circunstâncias do biografado, em 1961, em Angola.

10 De facto, o Colégio Militar foi, colectivamente, o sócio honorário Nº 1 desta agremiação desportiva, o que ajuda um tanto a localizá-la sociograficamente.

11 Em arquivo do autor.

12 Doravante, grande parte dos factos relatados encontram-se registados na “nota de assentos” do seu registo militar, consultável no Arquivo Geral do Exército.

13 Documento conservado em arquivo do autor.

14 Em arquivo do autor.

15 Elaborou também umas “Bases para a organização do Serviço de Montadores de TPF no Regimento de Telegrafistas”, em Maio de 1936 (em arquivo do autor).

16 Organização Revolucionária da Armada, de orientação comunista.

17 Na sua qualidade de engenheiro, foi mandatado por sócios da Casa Bancária Pais Borges (amigo da família) para ir averiguar o sistema *Greco* de fabricação e aplicação de um revestimento betuminoso para estradas, junto da companhia francesa detentora da patente - com vista à sua eventual importação -, tendo sido recebido pelo Barão de Schweitzer, director-gerente, e pelo Sr Bronsky, agente de ligação com Portugal. Afinal, o parecer de Carlos Freire foi negativo (“Memória sobre o Emprego em Portugal do Revestimento Greco”, dact., 1942, conservada em arquivo do autor) e o negócio gorou-se.

18 Confederación Nacional del Trabajo.

19 Federación Anarquista Ibérica.

20 A imagem-choque que mais o impressionara terá sido a de ver freiras mortas espetadas nas grades aguçadas da cerca de um convento.

21 A sua mala de viagem, de couro, que, nesses atropelos caiu ao mar, e uma pequena boneca de pano que então trouxe de presente para a sua filha, ficaram no espólio familiar como única recordação material dessa caótica viagem. Chegara a Barcelona no dia 18 (sábado) e conseguiu sair, de barco, para Marselha, no dia 23 (quinta-feira) - segundo as notas da sua agenda pessoal (em arquivo do autor).

22 O relatório “Memória sobre o Emprego em Portugal do Revestimento Greco” *cit.*

23 Conservado em arquivo do autor.

24 In *Memorandum* de 1943, já referenciado. Alguns trabalhos académicos, manuscritos, desta nova passagem pela universidade puderam ser conservados. Entre outras cadeiras, frequentou as de “Economia Política” e de “História Geral da Civilização”.

25 Que sucedeu à já referida Escola Central de Oficiais.

26 A descrição detalhada da missão consta do livro de Álvaro Teles Ferreira de Passos, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, Lisboa, IAEM, 1942. Existe também uma razoável colecção de fotografias desta visita.

27 Assim se percebe o teor de duas cartas do Embaixador germânico em Lisboa, Barão Von Eisebeck, datadas de 15 e 16 de Setembro, ao Major-General do Exército (em arquivo do autor).

28 Conta uma testemunha directa que ela parecia pressentir a tragédia, ao dizer que não atinava com o “segundo pé” do par de meias que tricotava, para o seu regresso.

29 O respectivo diploma diz: “*In Namen des Deutschen Volkes, Verleihe ich, dem Hauptmann im Generalstab Herrn Carlos Miguel Lopes da Silva Freire, Den Deustchen Adlerorden Dritter Stufe mit Schwertern, Berlin-Den, 7.Oktober 1943, Der Fuhrer*, (ass. ilegível), *Der Chef der Ordenskanzlei*, (ass. ilegível), *Staatsminister*”

30 Da ordem de um Corpo de Exército, com qualquer coisa como 30 mil homens, e forças de cavalaria, artilharia, engenharia e aviação, embora com equipamentos tradicionais, isto é, sem tanques, com canhões hipo-móveis e aeroplanos antiquados. Existe uma apreciável colecção de fotografias destas manobras.

31 Nesse Verão, fizeram-se também, pela primeira vez, exercícios de *black out* em Lisboa, de “defesa civil do território”, que serviram igualmente para encontrar uma outra base de legitimação à Legião Portuguesa. Entretanto, depois de negociações várias, o governo anunciou a cedência de facilidades aero-navais aos Ingleses e aos Americanos, nos Açores.

32 General Pereira dos Santos.

33 Pense-se, por exemplo, na forma como o exército francês se envolveu em práticas deste tipo durante a guerra da Argélia.

34 Que veio a ser doada ao Instituto de Altos Estudos Militares, de Pedrouços, em 2000, graças ao interesse manifestado pelo então Director, Tenente-General Garcia Leandro.

35 Aquela situação que designavam tecnicamente por “governo militar”, isto é, um território e uma população situados num “teatro de operações” onde havia que lidar com necessidades económicas, sanitárias, civis, sociais, comunicativas e culturais, embora reduzidas ao mínimo compatível com as operações de guerra em curso.

36 “Sebenta” editada pelo IAEM, para o Curso de Estado-Maior, ano lectivo de 1944-1945, 116 p. Publicou vários outros materiais pedagógicos do mesmo género durante os anos que leccionou naquele instituto.

37 É endereçado ao Chefe do Estado-Maior do Exército e tem data de 23 de Maio de 1949 (manuscrito e cópia dactilografada, conservados em arquivo do autor).

38 A missão foi por ele chefiada, acompanhado dos majores António Augusto dos Santos e Peral Fernandes (de Aeronáutica), professores, e de oito alunos finalistas do Curso de Estado-Maior, entre os quais se encontravam os capitães Costa Gomes, Hermes de Oliveira, Franco Pinheiro, Oliveira Marques e Pinto Resende (programa, relatório manuscrito e fotos conservados em arquivo).

39 Por esta altura, também recebe uma placa de homenagem das OGFC, ao lado de outros funcionários, numa cerimónia que é relatada na imprensa, por ocasião da

inauguração de várias obras.

40 Entre os projectos de obras que ali elaborou e seguiu conta-se o grande desenvolvimento industrial da Fábrica de Calçado, situada pouco abaixo do convento de S. Vicente de Fora, em plena Alfama. Entre os documentos conservados desta actividade figura um projecto de creche (para a mesma fábrica), muito detalhado, que - segundo opinião de especialista - conteria todas as providências e especificações convenientes para este género de instituições.

41 Por exemplo, em 26 de Dezembro de 1953 passa um recibo no valor de 6 000\$00, às OGF, por “trabalhos de elaboração de projectos e orçamentos, de consulta, assistência e fiscalização técnica e outros realizados no decorrer do segundo semestre do ano de 1953” (documento em arquivo do autor).

42 “*Memorandum*” datado de 30 de Novembro de 1943.

43 Nº 617, de 29 Outubro 1949.

44 Em arquivo do autor.

45 Este facto ilustra bem o comportamento político da universidade de então. Assim como o Exército aceitou que Salazar fosse condecorado com a Torre e Espada, ou o Colégio Militar o fez seu “ex-aluno honorário”, a academia igualmente alinhava com estas homenagens aos “chefes supremos” das nações, fossem eles democráticos, legitimistas ou ditadores.

46 Numa nota manuscrita de Junho de 1953, Freire relata a conversa “confidencial” tida com o General Barros Rodrigues, que o informa do modo como decorrera a discussão e votação em Conselho Superior do Exército daquelas propostas de promoção por escolha. (Documento conservado em arquivo do autor)

47 Incluindo a “linha Maginot”, as Ardenas, a Alemanha, os Alpes austríacos e italianos, etc.

48 Depois de terem observado a esquadra francesa auto-afundada em Toulon.

49 Existe um completo álbum de fotografias desta “64ème promotion”, editado pela própria ESG (em arquivo do autor).

50 Antes da guerra, fora o General Couceiro de Albuquerque e talvez mais um ou dois. Depois do conflito, a seguir a ele, foi o Schulz, o Joaquim Luz Cunha e poucos mais.

51 Cópia de documento conservada em arquivo do autor.

52 Relatório dactilografado, datado de Junho 1952 (conservado em arquivo do autor).

53 No entanto, cerca de 1954, as autoridades portuguesas optaram pelo “modelo espanhol”. Os primeiros homens do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas, do comando do então major Armindo Videira, que vieram a instalar-se em Tancos, foram formados em Espanha. Mostraram-se pela primeira vez em público num desfile na Avenida da Liberdade, em Novembro de 1955, aquando da comemoração do centenário do nascimento de Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

54 Ver, em particular, os “Quadros Orgânicos de Mobilização” publicados entre 1954 e 1955 pela 3ª Repartição do EME, realizados sob sua responsabilidade.

55 Então era ainda uma gigantesca “cidade de lona”, mas já com os famosos carros de combate *Patton*, cedidos pelos americanos.

56 Sucessor de Eisenhower no comando das tropas aliadas na Europa. Em França, onde enfrentou diversas manifestações de hostilidade pública, era conhecido nos meios esquerdistas por “*Ridgway-la- peste*”.

57 Em arquivo do autor.

58 Um exemplo: nuns seus apontamentos pedagógicos manuscritos de 1952 sobre “A concepção e a decisão” escreve-se: “Senso prático, imaginação, energia, carácter, entusiasmo e gosto das responsabilidades, conhecimento dos homens, qualidades intelectuais como a memória e a rapidez de compreensão, tudo baseado em boas condições de saúde e coragem física: eis o conjunto de qualidades necessárias ao grande chefe. O papel intelectual, em especial dos chefes superiores, é de conceber, decidir e conduzir a acção.” (cópia de documento conservada em arquivo do autor).

59 General Barros Rodrigues.

60 Abranches Pinto.

61 Abranches Pinto.

62 O Subchefe Aniceto do Rosário e o Soldado António Fernandes, que foram logo muito homenageados pelo governo de Salazar. Com a sua tendência para fabricar heróis nacionais, também destacou a bravura do Tenente Marinho Falcão, que se bateu contra os invasores, e era irmão mais velho de dois rapazes ao tempo alunos do Colégio Militar, um dos quais viu perdoado o seu “chumbo” por causa daqueles feitos.

63 Expedição de cerca de 700 homens, enviados da metrópole, sob o comando do próprio infante D. Afonso, que também foi substituir o governador-geral Visconde de Vila Nova de Ourém. A campanha passou por avatares diversos, mas dirigia-se inicialmente contra os *maratas* desertores do nosso “exército da Índia” que se haviam revoltado e refugiado na província de Satari (e cidade de Mapuçá), onde obtiveram a aliança dos *ranes* locais. A partir deste caso, é curioso ver o interessante livro de Ricardo Roque *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, ICS, 2001.

64 Existe uma quantidade apreciável de fotografias desta viagem, feitas pelo Freire com uma máquina *Leica*, do Estado-Maior do Exército. Nessa viagem, a missão usou um uniforme experimental, que não terá provado grande coisa.

65 Ver o “Relatório da Visita à Escola de Comando e Estado-Maior de Quetta”, subscrito por Carlos Freire e datado de 15 de Outubro de 1955.

66 Transportes Aéreos da Índia Portuguesa, de que foi Director de Operações de Voo (DOV) o Tenente-Coronel Piloto-Aviador Solano de Almeida.

67 “Relatório da Inspeção às Tropas e Serviços Militares do Estado da Índia, realizada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército no ano de 1955”.

68 Invasões civis, pacíficas, por militantes nacionalistas, como por exemplo acabara de acontecer no dia 15 de Agosto desse ano, de que também deu conta o observador francês Coronel Rémy, ou o jornalista Émile Marini no seu livro *Goa, Tal Como a Vi*, Lisboa, União Gráfica, 1956.

69 Como acontecera em 1954 com a ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli.

70 Eram os Batalhões de Caçadores da Índia, Vasco da Gama, Nº 1, Nº 2 e o Grupo de Cavalaria Nº 1.

71 Sobre estes acontecimentos, vale a pena ler o relato de um protagonista: Carlos Alexandre de Moraes, *A Queda da Índia Portuguesa: Crónica da Invasão e do Cativo*, Lisboa, Estampa, 1980.

72 Tirando pequenas estadias na Escola Prática de Engenharia em Tancos, quando era jovem oficial, nunca Carlos Freire esteve colocado fora de Lisboa. Possivelmente, uma consequência das suas altas classificações.

73 Conservaram-se, em arquivo de família, cartões de pêsames daquele.

74 Duas notas, a este respeito: um acidente na instrução, que desencadeou um notável

acto de coragem por parte de um jovem oficial, que depois foi devidamente condecorado; e a colaboração prestada na conclusão do novo estádio José Alvalade, que lhe proporcionou um cartão de “livre-trânsito” (Nº 327) válido para o ano de 1956 e permitiu assistir à sua inauguração.

75 *Supreme Headquarter Allied Powers in Europe*.

76 Os camaradas professores e alunos dos cursos de Estado-Maior prestam-lhe também uma homenagem, com a oferta de uma placa de prata, a recordar a sua passagem pela instituição.

77 Este foi depois substituído pelo General Matos Maia.

78 Por exemplo, faz a abertura de uma “Exposição oral sobre mísseis guiados ingleses” no IAEM em 1959, organizada pelo Centro de Estudos de Engenhos Espaciais, onde intervêm, nos aspectos técnicos, os Majores Roriz Rubim e Couceiro Leitão. Pelas notas à margem, percebe-se que se tratava dos mísseis *Thuntherbird*, *Vigilant* e *Orange* (documento em arquivo do autor).

79 Num apontamento manuscrito, estão anotados os preços orçamentados por diversos construtores estrangeiros para o fornecimento das primeiras “calculadoras” ao Exército português: IBM, Philco, CDC e Telefunken, com valores que variam entre os 2 mil e os 900 contos, mais despesas de instalação, manutenção, etc. (documento conservado em arquivo do autor).

80 Em obra de investigação recente, os autores hesitam um pouco no conhecimento da génese destas instituições (José Mariano Gago *et al.*, “A Ciência e a Defesa em Portugal: elementos para uma agenda de estudos futuros”, in Barata, M. T. e Teixeira, N. S., *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, Vol. 5, p. 495).

81 Documento conservado em arquivo do autor.

82 Conforme documento datado de 11 de Junho de 1957 do *US Military Assistance Advisory Group [MAAG] - Portugal, American Embassy, Lisbon, Portugal* (em arquivo do autor).

83 Entre os quais figuravam o *Air Chief Marshall* Sir George Mills, o *Vice Admiral* Pedder e o *Brigadeer* Thompson, ingleses, o *Major General* Harris e o *Brigadeer General* Holsinger, americanos, o *Commodore* Tamber, norueguês, e o *Brigadeer General* Sokmen, turco (documento em arquivo do autor).

84 Almeida Fernandes.

85 Por exemplo, participa nas “primeiras conversações luso-espanholas para a defesa da Península, realizadas em Madrid, de 25 a 31 de Janeiro de 1954” (documento em arquivo do autor). É na sequência destas relações que vêm, mais tarde, a institucionalizar-se as “conferências inter-estados maiores peninsulares”.

86 Estas insígnias incluíam a vistosa Banda de seda das Grã-Cruzes (o mais alto grau das ordens honoríficas), posta a tiracolo, do ombro direito para o flanco esquerdo.

87 Anteriormente designado por Administrador-Geral do Exército.

88 Assinam o Coronel José Valente Pires e mais uma vintena de oficiais (documento conservado em arquivo do autor).

89 Dispõe-se de uma convocatória do Ministro da Defesa Nacional (Botelho Moniz) para reunião do Conselho Superior do Exército (de que Freire fazia parte) para as 17 horas do dia 27 de Março de 1961. “Agenda: Exposição sobre a situação militar no Ultramar.” É de crer que esta reunião se integrasse no âmbito do “golpe” em germinação. O livro de Fernando Ferreira Valença *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: A Abrilada de 1961*

também não nos esclarece sobre este ponto de detalhe. Por exemplo, nos presentes na reunião convocada por Botelho Moniz para a Cova da Moura, no dia 13 de Abril, é indicado o nome de Freire, seguido de um ponto de interrogação. E nos movimentos de comandos que se seguem ao “contra-golpe”, o autor apenas arrisca esta apreciação pessoal sobre o General Freire, enviado para Angola, posta em nota-de-rodapé: “Militar de reconhecido carácter e competência profissional”. Mas nada mais conheço de documentação fidedigna sobre estes acontecimentos. Há que esperar por futuras investigações históricas (com base em documentação de arquivo) para talvez apurar os factos mais a fundo. Quanto às intenções dos homens, dos protagonistas, essas ficarão para sempre nos seus túmulos.

90 “Para Angola: rapidamente e em força.”

91 Como tantos outros fizeram, de moto próprio. Na messe de Pedrouços, um deles afirmou que apreciara de tal modo o discurso de Sexa. o Presidente do Conselho que não resistira a passar pelo palacete de S. Bento deixando um cartão em que o cumprimentava por tal manifestação de sabedoria e patriotismo!

92 O velho José Maria Freire detestava Santos Costa e nos anos 50 ainda o culpava da sua não promoção a Coronel. Mas no arquivo da ex-PIDE/DGS nada se encontra de revelador a seu respeito: apenas o relato de um informador (“Jacinto de Lemos”, com data de 23 de Março de 1958) onde o seu nome é confundido com o do General (Frederico) Lopes da Silva, que se havia tornado “desafecto ao Ministro da Defesa Nacional” (Santos Costa). Apenas um “burocrático engano” policial!

93 Ainda havia no ar a imagem do Mouzinho de Albuquerque e do Gungunhana acorrentado. E todos os oficiais sabiam de cor a frase célebre: “Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo, escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue.” (da carta escrita em 1901 por Mouzinho ao príncipe real D. Luís Filipe, com que abria a sebenta de “Ética Militar” da Escola do Exército, da autoria de Campos Andrada, no início da década de 50).

94 O Ministro do Exército era agora o Brigadeiro Mário Silva, um fiel do regime que - não certamente por acaso - andara durante anos pelo ministério do Interior e era relativamente desconhecido no meio militar.

95 Já dirigido por Agostinho Neto e apoiado pela URSS, organizava-se sobretudo na República Popular do Congo (ex-francês, capital Brazzaville). Curiosamente, o historiador angolano Carlos Pacheco põe em causa esta “versão consagrada” da autoria dos ataques de 4 de Fevereiro, atribuindo-a a meros líderes locais, sem relação com a direcção do MPLA (Ver o seu texto “A rebelião de um sacerdote”, publicado no jornal *Público*, de 3 de Maio de 2006).

96 Liderada por Roberto Holden, que tinha alguns apoios nos Estados Unidos e fazia base no Congo (ex-belga, capital Leopoldville, rebaptizada de Kinshasa), depois Zaire e actual República Democrática do Congo. Mais tarde passou a designar-se por Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

97 Segundo o livro de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes *Guerra Colonial*, Lisboa, Diário de Notícias, 1977, p. 32, terão sido abandonadas, sob pressão dos sublevados, 2 sedes de concelho, 33 postos administrativos e 8 fazendas e outras povoações; terão ainda sido atacadas, mas resistiram, 1 cidade, 10 sedes de concelho e 8 postos administrativos.

98 Neste primeiro momento, a imprensa nacionalista elevou à categoria de herói o jovem Tenente Fernando Robles - que havia saído pouco antes do Colégio Militar - de quem se dizia ter cometido inúmeros assassinios e barbaridades. O certo é que, numa grande manifestação política no Terreiro do Paço, de apoio a Salazar e à sua política, o homem apareceu à varanda ao lado do ditador e discursou apelando à união “na rectaguarda”, pois “na frente” lá estariam eles para aguentar o embate.

99 Para além da guarnição normal da província (à base do recrutamento indígena, enquadrada por Sargentos e Oficiais da metrópole), apenas haviam chegado meses antes as 4 primeiras Companhias independentes de Caçadores Especiais (formadas em Lamego, no Centro de Instrução de Operações Especiais-CIOE).

100 Remodelado, com Salazar na pasta da Defesa Nacional, o ousado reformista Adriano Moreira no Ultramar e Gomes de Araújo como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

101 O Governador-geral Silva Tavares e o Comandante Militar General Monteiro Libório.

102 Cópias destes documentos em arquivo do autor.

103 Ver o meu livro *Homens em Fundo Azul Marinho*, sobretudo p. 179 e seguintes.

104 A partir da BA 9 (Luanda) e do Aeródromo-Base Nº 4, do Negage (perto da cidade de Carmona). Os aviões disponíveis eram os bimotores *PV2*, *Beechcraft*, *Dakota* e *NordAtlas*, os monomotores de ataque ao solo *T-6* e os aviões ligeiros de asa alta (para ligação e reconhecimento, evacuação de feridos, etc.) *DO-27* e *Broussard*. Mais tarde vieram de Lisboa os jactos *F84G* e os helicópteros *Alouette II*.

105 Por eles assumo a total responsabilidade. Guiei-me pelo princípio de não repetir informações irrelevantes. Procurei, nas abundantes notas que inseri, identificar as personagens, as referências materiais e os acontecimentos. Finalmente, esclareço que, se ainda detenho o documento original, uma sua cópia integral foi entregue, com o seu espólio, ao então Instituto de Altos Estudos Militares (em Pedrouços), estando acessível aos investigadores interessados.

106 Quartel-General, designação da sede de um Alto-Comando do Exército.

107 Então TCor Inf Nunes da Ponte (ou Mário Fernandes da Ponte?), comandante do BC 109. Terá ido depois para Bessa Monteiro. Como se vê, mantinha-se o hábito no exército de designar as unidades em operações pelos nomes dos seus comandantes.

108 Adelino M. Moura dos Santos, escolhido para 2º Comandante da Região Militar de Angola (RMA), então Coronel Tirocinado, logo promovido a Brigadeiro e mais tarde a General, tendo sido Governador Militar de Lisboa.

109 António A. D. Pombo e Costa, Cap Inf, veio também a falecer no desastre aéreo do Chitado.

110 Ao tempo comandado pelo Comodoro José F. T. C. Mexia Salema, que veio a ser condecorado com a Medalha do Valor Militar.

111 Era então Embaixador do Brasil em Portugal.

112 Ao tempo comandada pelo Brigadeiro da FA Fernando F. Pinto Resende.

113 Avião monomotor ligeiro francês de observação e ligação.

114 TCor do CEM João de Oliveira Marques, escolhido para Chefe do Estado-Maior da Região Militar de Angola, também pereceu no desastre do Chitado.

115 Santo António do Zaire, na foz deste rio, onde a Marinha veio a estabelecer uma pequena base naval.

116 Então do comando do Cap Fragata José Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho.

117 Possivelmente comandado por José Ervedosa, ex-aviador naval, que então desertou, foi para a Argélia e acabou por morrer anos depois em acidente aéreo em França. O PV2 era um avião bimotor, inglês, de patrulha marítima, adaptado a missões de bombardeamento tático na ocasião.

118 Então TCor Inf José de Albuquerque, Comandante do Batalhão de Caçadores (BC) 156, que terá ido para S.A. Zaire e depois para S. Salvador do Congo (capital do distrito do Zaire).

119 Então TCor Inf Henrique Oliveira Rodrigues, Comandante do BC 114, seu antigo aluno no IAEM. Segundo contemporâneos, a sua prudência fê-lo atrasar e não atingir a tempo o objectivo de Nambuangongo. Pelo contrário, o General Freire parecia ter por ele um cuidado ou simpatia especial.

120 Regimento de Cavalaria Nº 8 da metrópole, de Castelo Branco. A unidade citada era um Esquadrão de Reconhecimento equipado com auto-metralhadoras francesas *Panhard* e outras viaturas ligeiras.

121 Destacamento de Intendência, isto é, a apoio logístico ou de “trem”, como se dizia no Séc XIX.

122 José Frederico Ulrich, engenheiro e “homem do regime”, era então presidente da Junta de Energia Nuclear, qualidade em que, nos últimos anos, havia tido vários contactos com Carlos Freire, por virtude das funções deste na área das investigações para a Defesa e como Autoridade Nacional de Segurança.

123 General Manuel Gomes de Araújo, oficial e político, ao tempo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) de Portugal. Colega mais velho professor no IAEM.

124 Quase certamente o TCor Piloto-Aviador José D. Krus Abecasis.

125 Aviões dos então designados Transportes Aéreos Militares (TAM).

126 General António M. Monteiro Libório, oriundo da arma de Art. Já tinha sido comandante militar na Índia e desempenhava idêntico cargo em Angola quando começou a guerra.

127 Pacote da Companhia Colonial de Navegação (CCN).

128 Avião francês de transporte tático (carga e pessoal), bimotor, com caudas e estabilizadores verticais duplos.

129 Perto da cidade de Carmona, capital da província do Uíge. Ali se localizava o AB 4 com aviões estacionados em permanência (sobretudo DO-27 e os monomotores T-6, *Harvard*) e manutenção de 1ª linha.

130 DO-27, avião monomotor de patente alemã, ligeiro, de observação e ligação, que conseguia evacuar um ferido em maca.

131 Manuel R. Santos Prado, então Cap-Ten, governou o distrito do Quanza-Sul entre 1961 e 1964.

132 Camilo A. M. Rebocho Vaz, então Maj Inf que comandava o BC 3 da guarnição, sediado em Carmona, tendo sido nomeado Governador do Uíge em Maio de 1961. Mais tarde veio a ser Governador-geral de Angola. Escreveu um livro, *Norte de Angola - 1961 - A Verdade e os Mitos*.

133 Por regresso a Lisboa do Governador-geral Silva Tavares.

134 Luís A. F. Rodrigues, então Cor Cav, havia servido no RC da GNR. Foi o organizador das Companhias de Voluntários (colonos brancos), criadas no início da guerra em Angola.

135 Então Cor CEM Manuel P. A. B. Camões Godinho (irmão do oficial de Marinha citado,



e filhos do General Godinho que havia sido Comandante Militar dos Açores durante a II Guerra e teve conflito com o governo) e mulher, amigos da família.

136 1ª Companhia Móvel.

137 Rui A. V. Mendonça, ao tempo Cap Inf, comandando a 5ª Companhia de Caçadores Especiais (CCE). Ainda em 1960, chegaram a Angola as 4 primeiras CCE, formadas no CIOE de Lamego: a 1ª, comandada por Soares Carneiro (antigo responsável pela Selecção Militar de Futebol e futuro General, candidato às eleições presidenciais de 1980), que foi para Cabinda; a 2ª, do comando de Seia Ramos, que foi para o Toto, nas vizinhanças de Carmona; a 3ª, chefiada por Teles Grilo, com destino a Malange; e a 4ª comandada pelo então Cap Teixeira de Moraes, que foi enviada para a Baixa do Cassange e aí enfrentou os primeiros problemas de revolta, no início de 1961, supostamente de natureza laboral (apanha do algodão).

138 Aqui, na Fazenda Tentativa, ficou sediado o Posto de Comando (PC) do Sector 3, chefiado pelo Cor Cav Manuel F. Peixoto da Silva.

139 Armando S. Maçanita, então TCor Infª, comandante do BC 96, que foi o primeiro a atingir o lugar simbólico de Nambuanguo, depois de sair do Ambriz e reocupar Muxuloango.

140 Henrique C. Santos Paiva, oficial do EM, ao tempo Coronel Tirocinado comandante do Sector 2 (Negage) da ZIN, amigo da família.

141 Armindo J. Fernandes, então TCor Infª, comandante do BC?.

142 General da FA Venâncio Augusto Deslandes, então nomeado Governador-geral e Comandante-chefe das forças armadas de Angola. Militar e político, caiu com o afastamento do ministro Adriano Moreira, dizia-se que por excessiva pressa numa maior autonomia para Angola.

143 Duarte de Azevedo Pinto Coelho, então TCor Infª, comandante do BC 92. Esteve no Ambriz e em Setembro encontrava-se em Sanza Pombo.

144 Pacote da CNN, armado em transporte de tropas.

145 Quase certamente os oficiais de Engª João Magro Romão e José de Sousa Fogaça, antigos camaradas de curso na Escola Militar.

146 Então Federação das Rodésias (do Norte e do Sul) e Niassalândia, sob domínio britânico. Países actualmente designados por Zâmbia, Zimbabue e Malawi, respectivamente.

147 Companhia de Polícia Militar, unidades que na altura eram asseguradas por forças de cavalaria.

148 Cargueiro da CCN.

149 Afonso Lopes Franco, oficial de Artª e posteriormente do CEM, colega e amigo da família.

150 Regimento de Infantaria de Luanda, a mais importante unidade militar da capital da província.

151 Sua esposa.

152 Hermes de A. Oliveira, antigo aluno do general Freire e reputado oficial do CEM, havido sido Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Estado Português da Índia, cerca de 1956-58, onde tentou fazer dispersar as pequenas unidades pelo território, para melhor entrosamento com a população.

153 Joaquim Marafusta Marreiros, então TCor Inf, que largou o comando do BC 3 da guarnição, com sede em Carmona, para assumir a chefia do Sector 1 da ZIN.

- 154 Viatura automotora dos caminhos-de-ferro, só para serviço interno da companhia.
- 155 António J. S. Sebastião, Oficial de Inf, então Governador do Distrito do Quanza-Norte.
- 156 Carlos E. C. A. Bandeira de Lima, Oficial de Inf.
- 157 Então Presidente da CNN e visto como próximo de Salazar. Este pacote fazia a sua viagem inaugural.
- 158 Grande acampamento e campo de preparação militar na periferia NE de Luanda, concebido para acolher as unidades expedicionárias chegadas da metrópole.
- 159 António M. F. M. Carneiro Pacheco, Oficial do CEM, antigo aluno do General Freire e certamente familiar do antigo Ministro da Educação de Salazar.
- 160 Manuel Leitão P. Marques, então TCor Inf, Comandante do BC 158.
- 161 Joaquim M. Salvador Pinheiro, ao tempo TCor Inf.
- 162 José M. Henriques da Silva, então TCor Inf, Comandante do BC 132 (?). Havia estagiado junto do exército francês na Argélia e sido o primeiro responsável do CIOE de Lamego.
- 163 TCor Inf Fernando Carlos Teixeira da Câmara Lomelino, Comandante do BC?. Foi professor no Colégio Militar.
- 164 Grande cinema ao ar livre, em Luanda.
- 165 O então Brig Mário Silva, Ministro do Exército, sem nenhum especial prestígio no meio militar mas certamente fiel ao governo.
- 166 José Moreira Otero, Oficial do CEM.
- 167 Manuel Diogo Neto, Oficial da Força Aérea, ex-piloto de caça, veio a ser condecorado com a Torre e Espada.
- 168 Aliás, Quimbumbé.
- 169 José A. Proença O. Cid, então TCor Inf, Comandante do BC?.
- 170 João Gouveia Pessanha, ao tempo TCor Inf, Comandante do BC?.
- 171 Alexandre Bento, então TCor Inf, Comandante do BC?.
- 172 PC do Sector 4 da ZIN.
- 173 Do comando do Cap Fragata Vieira Coelho.
- 174 Jorge Manuel Cabeleira Filipe, jovem Ten Cav.
- 175 O BC 88 tinha como 2º Comandante o Maj Inf Joaquim Inácio Pereira Vaz Júnior que havia sido instrutor de esgrima no CM e se encontrava em Setembro em Maquela do Zombo.
- 176 Do comando do então Cap Cav Rui C. Abrantes, tendo como adjunto o Alf Cav Rúben A. M. Domingues.
- 177 Avião de transporte quadrimotor americano da Douglas Corporation (*Skymaster*).
- 178 Oficial Piloto-Aviador, filho do famoso General do mesmo nome, então exilado, depois da sua candidatura oposicionista à PR em 1958.
- 179 Aliás, Madimba.
- 180 Curso “Duarte Pacheco Pereira”, de que fazia parte o futuro Almirante Nuno Vieira Matias.
- 181 Carlos Mota de Oliveira, Major do CEM e elemento importante escolhido pelo General Freire para o seu QG. Faleceu também no desastre do Chitado.
- 182 António dos Reis Rodrigues, então Capelão da AM e já Chefe do Serviço Religioso do Exército. Era filho do republicano Vicente Rodrigues, negociante de vinhos de Ourém e amigo do pai José Maria Freire.
- 183 Isto é, de cavalaria ligeira.

- 184 João M. Fialho Prego, então TCor Inf, Comandante do BCE (Caçadores Especiais) nº?. Foi depois Comandante da PSP de Angola.
- 185 José C. Neves dos Santos, então TCor Inf, Comandante do BCE nº?.
- 186 José M. Castanha, então TCor Inf, Comandante do BCE nº?.
- 187 General da FA Francisco António das Chagas, então Vice-CEMFA. Fora colega do General Freire no IAEM e veio a ser membro do governo.
- 188 Major Josephet Monteiro Figueiredo, de Cav e do CEM, outro dos oficiais escolhidos pelo General Freire para o seu QG em Angola., também falecido no Chitado.
- 189 Ou Icola, perto do Cuango.
- 190 António de Almeida Nave, TCor Inf, Comandante do BC 208, que seguiu para o Ambriz, Quibala, Bessa Monteiro, Tomboco, etc., em operação de pressão sobre o inimigo para o interior e norte, ficando com sede em Nóqui e tendo companhias instaladas no Lufico e outras localidades.
- 191 Pacote da CNN.
- 192 Terá sido o Sector 5, da ZIN.
- 193 Jorge Inglês Gancho Pereira de Carvalho, então TCor Inf.
- 194 Armando C. Mera, Oficial da FA, futuro General. A Base Aérea 9 era a mais importante estrutura aeroportuária militar da província, nela estacionando o maior número de aviões, incluindo jactos *F84G*.
- 195 José Duarte Krus Abecasis, Oficial Piloto-Aviador.
- 196 Secretariado Geral da Defesa Nacional, estrutura activa do CEMGFA.
- 197 Júlio A. Carvalho da Silva, então TCor, Comandante do RIL.
- 198 Posso o rascunho manuscrito desta carta de demissão, em arquivo próprio.
- 199 Grande pastelaria muito conhecida e reputada de Luanda.
- 200 Dag Hamarskjold, secretário-geal da ONU.
- 201 Anselmo M. Vilardebó, Brigadeiro da Aeronáutica Militar, então já reformado.
- 202 Augusto C. P. C. Soares de Moura, comandava então o AB 4 no Negage. Prestigiado Oficial Piloto-Aviador. Foi condecorado com a Medalha da Cruz de Guerra.
- 203 Agora, a 6ª CCE.
- 204 As outras foram a *Pollux* e a *Fomalhaut*, que foram patrulhar o rio Zaire.
- 205 José S. Moreira da Câmara, Oficial do CEM, então Chefe do Estado-Maior do Comando Militar de Moçambique.
- 206 Era então o Cap-Ten Abílio F. Cruz Júnior, que governou o distrito do Zaire entre 1961 e 1964.
- 207 O administrador do concelho de Carmona era Abel Custódio Ramos, que então conheci e me deu muitas informações.
- 208 Fernando Godofredo da Costa Nogueira de Freitas, então TCor Inf, Comandante do BC 3. Havia sido instrutor de infantaria no CM.
- 209 Avião americano de transporte táctico da Douglas Corporation (DC3), bimotor, muito usado na II Guerra.
- 210 Piloto-chefe da DTA, em quem o General Freire depositava grande confiança e em cujo avião também voei no Norte de Angola.
- 211 António E. Castro Ascensão, Oficial do CEM, mais tarde Brigadeiro, antigo aluno do pai e amigo da família.
- 212 Prova desportiva que teve grande impacto em Luanda, como para provar ao mundo que tudo corria bem naquele território.

213 Segundo o livro *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Vol. 2, a ZIL foi criada a 21 de Setembro, pelo Comandante Militar de Angola.

214 Avião bimotor inglês de bombardeamento ligeiro e patrulha marítima.

215 Capital do distrito da Lunda.

216 Capital do distrito do Bié.

217 Capital do distrito do Huambo e sede do segundo agrupamento de tropas da guarnição da província, cobrindo o planalto central e a zona centro do território.

218 Regimento de Infantaria de Nova Lisboa e Escola de Aplicação Militar de Angola.

219 Bernardo T. Mira Delgado, Oficial da FA, antigo Director das OGMA.

220 José Braula Reis, Capelão militar, havia servido em Macau e no CM.

221 Adriano J. A. Moreira, então Ministro do Ultramar.

222 Mulher e filha do General Luís da Câmara Pina, então Chefe do Estado-Maior do Exército.

223 Navio-escola da armada brasileira, que vinha frequentemente a Lisboa.

224 Comandada pelo Cap-Frag Lino Paulino Pereira.

225 Oficinas Gerais de Fardamento, de Lisboa, vulgo “casão”.

226 Jorge L. Tedeschi Seabra, oficial de Eng escolhido pelo General Freire para o seu QG e responsável pelas obras militares. Também falecido no desastre do Chitado.

227 Leonel A. Gomes Cardoso, então Chefe do EM do CNA e que veio a ser o último responsável português a abandonar Angola, em Novembro de 1975. Irmão do futuro General Pedro Cardoso, que era na altura o responsável do CITA (Centro de Informação e Turismo de Angola), um organismo do governo-geral que tinha funções equivalentes ao SNI mas também na área das informações de segurança.

228 José M. de Bettencourt C. Rodrigues, Oficial do CEM, veio a ser Ministro do Exército.

229 António Augusto dos Santos, Oficial do CEM, veio a ser Comandante Militar e Comandante-Chefe em Moçambique.

230 Sede do terceiro agrupamento de tropas da guarnição da província, cobrindo o Sul do território. Era a última zona que faltava visitar.

231 Processo (nº 310.61) com cópia em arquivo do autor, remetida pelo Ministro da Defesa Nacional, a seu pedido (Of. Nº 1068, de 28.Fev.1989, Procº 04.06.11/88).

232 Ali se encontra também, naturalmente, a sua “chapa de identificação de combatente”. Outras homenagens públicas prestadas foram a atribuição do nome de “Vila General Silva Freire” à povoação de Nambuangongo, a emissão de um selo postal comemorativo e, pelos respectivos municípios, a atribuição do seu nome a ruas de Paço d’Arcos (Oeiras) e de Lisboa (nos Olivais-Norte).

233 “Louvo, a título póstumo, o General Carlos Miguel Lopes da Silva Freire pelas extraordinárias qualidades de Oficial e de Chefe demonstradas no exercício do Comando da 3ª Região Militar.

À frente das importantes Forças do Exército sob o seu Comando foi o cérebro que concebeu as operações terrestres que levaram à reocupação total do território que o inimigo infestou; que as dirigiu com a energia que as circunstâncias impunham, sem excluir a preocupação permanente de recuperar as populações e as proteger das represálias do inimigo; foi o Chefe permanentemente preocupado em organizar e dar eficiência aos complexos serviços que as deviam apoiar e com a manutenção do bom estado físico e moral das tropas; foi o magnífico colaborador do Comandante-Chefe, facilitando a integração das forças dependentes no esforço comum das operações

militares e da administração para a defesa de Angola.

Sempre atento a todos os aspectos do problema militar e do problema político nele influente, exercendo com total entusiasmo e devoção as suas altas funções, marcou também como homem um lugar de excepção pelas altíssimas qualidades de carácter e de coração que o distinguiam.

O Comandante-Chefe orgulha-se de ter tido o General Silva Freire como seu imediato colaborador e aponta-o às tropas como excepcional exemplo de militar cuja vida foi um compêndio de virtudes e de dádivas que honra o Exército Português e bem merece a gratidão da Pátria.”

234 Compreende-se o critério dos autores da obra oficial (Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974) dirigida pelo General Themudo Barata) *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* em não citarem os nomes dos intervenientes nas acções nem analisarem ou adjetivarem as suas actuações. Em relação à reocupação do Norte de Angola em 1961 são, contudo, feitas judiciosas referências às Directivas nº 1 (de 16 de Junho), nº 3 (de 16 de Agosto), à criação da ZIL (em 21 de Setembro) e à Norma para a Actividade Operacional nº 4, para a época das chuvas (de 23 de Outubro), emanadas pelo Comandante Militar de Angola, no Vol. 2, *Dispositivo das Nossas Forças - Angola*, 1989.

No Vol. 6 da mesma obra, sub-intitulado *Aspectos da Actividade Operacional: Tomo I - Angola - Livro 1* (da autoria de António Pires Nunes), os capítulos “A Reocupação da Área Sublevada” (pág. 231-249), “O Plano de Operações ‘Delta’ e a Directiva para a Época das Chuvas” (p. 273-279), “Nambuangongo - Operação Viriato” (p. 281-298); “Pedra Verde - Operação ‘Esmeralda’” (p. 299-303); a Visita do Ministro do Exército (p. 305-315) e “O Desastre do Chitado 10Nov61” (p. 329-331) referem mais em detalhe a acção desenvolvida nesse período pelo Comandante Militar, com algumas referências nominais (excepcionais, reconheça-se) ao General Silva Freire.

235 II Série, 14º V., nº 1, Janeiro 1962, p. 125-127.

236 Fazia com alguma frequência elogiosas referências ao marechal Montgomery.

237 Veio mesmo com expressões verbais de um “estrangeirado”. Num registo oral conservado, alguns anos depois ainda se lhe capta a expressão “em trem de...”.

238 Tenho algumas dúvidas sobre a interpretação feita por José Medeiros Ferreira sobre o corpo do Estado-Maior (em *O Comportamento Político dos Militares*, 1992), por insuficiência de fontes e de compreensão dos fenómenos. Por outro lado - a despeito de alguns erros pontuais - parece-me bastante ajustada a análise de António José Telo sobre o papel da NATO na modernização das forças armadas portuguesas (em *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, 1996).

239 Sete em Engenharia, quatro do Estado-Maior, um para Oficial Superior, dois em França e um no curso de Altos Comandos.

240 Segundo alguns militares oposicionistas ao regime de Salazar (vg. Coronel Carlos Vilhena, que entrevistei com este propósito nos anos 80), havia expectativas de que, em determinadas condições, Carlos Freire pudesse vir a tomar uma posição política de ruptura, ajudando à queda da ditadura e à transição para um regime republicano democratizado. Por seu lado, em carta que me enviou, já nos anos 90, o Marechal Francisco da Costa Gomes reiterava a sua opinião de que “a nação não agradeceu como devia todos os serviços prestados pelo General Freire” e que fora “um drama” o seu prematuro desaparecimento.

241 Ocorrências parecidas se deram em França, em meados do mesmo século, com os Marechais (póstumos) Jacques Leclerc (morto em desastre de avião, em 1947) e De Lattre de Tassigny (falecido em 1952 quando era Comandante-em-Chefe na Indochina).